

A aventura toponímica dos sertões das capitâneas do Norte e do Estado do Maranhão: paisagem, povoamento e diversidade¹

The toponymic venture from Northern “Sertões” and State of Maranhão: landscape, settlement and diversity

<https://doi.org/10.1590/1982-02672021v29d1e20>

DAMIÃO ESDRAS ARAUJO ARRAES²

<https://orcid.org/0000-0003-0374-7401>

Universidade de São Paulo / São Paulo, SP, Brasil

RESUMO: O artigo se propõe a reconstruir as paisagens pregressas dos sertões das capitâneas do Norte e do Estado do Maranhão (capitâneas do Piauí e Maranhão), entre os séculos XVI e XIX, a partir do cotejamento das toponímias relacionadas em fontes primárias cartográficas e manuscritas. Por meio dos topônimos é possível auferir e conferir que os sertões não se limitavam às imagens do vazio e da homogeneidade. Ao contrário, eles eram formados por paisagens, espaços e territórios construídos igualmente por uma sociedade diversificada de índios, africanos e europeus. Inicialmente, reflete-se sobre o papel arqueológico da toponímia no intuito de decifrar as economias ocultas nas palavras, mas que construíram os territórios dos sertões. Lança-se luz aos lugares situados em zonas de produção do “sal da terra”, uma mercadoria que conectou sobretudo os sertões do rio São Francisco com as capitâneas vizinhas. A seguir, verifica-se como o léxico de origem indígena foi essencial ao povoamento e conhecimento dos sertões. Como consideração final, verifica-se a aventura toponímica inserida num jogo de escalas, tomando, no âmbito urbano, os nomes das ruas da cidade de Oeiras do Piauí como estudo de caso. O método utilizado vale-se de escalas geográficas flexíveis que celebram as vivências e paisagens desde o intraurbano até a macroescala.

1. Este artigo resultou de pesquisas de doutorado apoiadas pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) inscritas nos processos números 2013/04404-9 e 2015/07757-5.

2. Graduado em arquitetura e urbanismo pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Mestre em arquitetura e urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP) e doutor em ciências pela mesma instituição. Foi pesquisador visitante no Centro de Humanidades (CHAM) da Universidade Nova de Lisboa. Concluiu pesquisa de estágio doutoral na Universidade do Algarve. Realizou estágio de pós-doutorado na Freie Universität Berlin (Peter Szondi-Institut für AVL) com bolsa Fapesp (processo 2018/19708-7). Atualmente é pós-doutorando no Departamento de Filosofia da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), com pesquisa supervisionada pelo prof. titular Marco Aurélio Werle. *E-mail:* <esdrasarraes@usp.br>.

PALAVRAS-CHAVE: Arqueologia. Paisagem. Piauí. Sertões. Salinas. Toponímia.

ABSTRACT: The article proposes to reconstruct the past landscapes of the *sertões* of the captaincies of the north and of the state of Maranhão (captaincies of Piauí and Maranhão), between the 16th and 19th centuries, based on the comparison of the related toponymy in primary cartographic and manuscript sources. By studying the toponyms it is possible to obtain and check that the *sertões* were not limited to images of emptiness and homogeneity. On the contrary, they were formed by landscapes, spaces and territories built equally by a diverse society of Indians, Africans and Europeans. Initially, it reflects on the archaeological role of toponymy to decipher the economies hidden in words, but which built the territories of the *sertões*. Light is shed on places located in areas where the “salt of the earth” is produced, a commodity that mainly connected the *sertões* of the São Francisco River with the neighboring captaincies. Next, it is verified how the lexicon of indigenous origin was essential to the population and knowledge of the *sertões*. As a final consideration, there is the toponymic adventure inserted in a game of scales, taking, in the urban scope, the names of the streets of the city of Oeiras do Piauí as a case study. The method makes use of flexible geographical scales that celebrate experiences and landscapes from intra-urban to macro-scale.

KEYWORDS: Archaeology. Landscape. Piauí. Sertões. Salt. Toponym.

PRÓLOGO: SERTÕES EM PAISAGENS TOPONÍMICAS

A representação usual dos sertões das capitânicas do Norte e do Estado do Maranhão, sobretudo das capitânicas do Piauí e do Maranhão, se circunscreve nas dimensões de “vazio” e “homogeneidade”. Em relação ao vazio, aqueles imensos espaços interiorizados pareciam fadados ao desinteresse tanto da Coroa portuguesa como dos povoadores que pretendiam ocupar terras não regularizadas pelas cartas de sesmarias. Essa ideia também apagou as relações sociais indígenas, tecidas ao longo dos séculos, com seus territórios e com as demais etnias, que percebiam os sertões como lugares de vivência e identificação cultural.³

No entanto, Gabriel Soares de Sousa nos legou um relato primoroso de sertões povoados por diferentes sociedades indígenas, agrupadas segundo afinidades linguísticas, políticas e culturais.⁴ Nas margens do rio Pará (hoje rio São Francisco), Sousa advertiu sobre espaços nos quais índios caetés, tupinambás, tupinaés, amoipiras e ubirajaras desenvolviam suas atividades cotidianas.⁵ Esses povos, muito citados na documentação manuscrita e cartográfica, deixaram marcas sutis nos sertões, pouco assimiladas pelo olhar europeu, mas que hoje são divulgadas graças ao empenho da arqueologia e da etnologia.

Apesar de existirem poucos vestígios materiais sobre o índio em certas áreas dos sertões, uma rica variedade de palavras de origem indígena marca presença, confirmada pela preexistência de diferentes sociedades fundamentais aos processos de povoamento e transmutação desses lugares.⁶ Nesse sentido, ainda há localidades chamadas de Buriti, Ouricuri, Itaim, Surubim, Ibiapaba, Carinhonha, Janduí, Jaicós, Massacará, Natuba, Rodelas etc., nomes que provêm do empréstimo de termos de origem indígena, empregados como sugestivos topônimos tradutores de diversidade. A propósito, diversidade é sinônimo de sertões, que, por sua mediação, são ressignificados. A variedade como qualificativo aparecerá em todo este artigo, inclusive em suas entrelinhas.

Com a falácia do vazio, também foram retirados do cenário os negros escravizados, agentes da tessitura social e espacial da América portuguesa. Não podemos esquecer que os territórios em estudo se encontravam em consonância com os meios de produção e demandas econômicas fundamentadas no trabalho escravo. O negro escravizado ou alforriado, assim como o português e o indígena, também construiu territórios, como no caso exemplar de ruas e do bairro do Rosário de Oeiras do Piauí, habitado exclusivamente por negros, identificados no censo de 1762 realizado por João Pereira Caldas, primeiro governador da capitania de São José do Piauí.⁷ No mapa da mesma capitania, iluminado pelo engenheiro militar Henrique

3. Arraes (2017a, 2017b, 2018a).

4. Sousa (1971, p. 338).

5. Sousa (1971, p. 64).

6. A conversão dos sertões aos desígnios da Coroa portuguesa e seus representantes foi bem estudada por Cláudia Damaceno Fonseca (2011).

7. Para uma leitura do censo de 1762 de Oeiras do Piauí e sua repercussão na paisagem urbana da cidade, ver Arraes (2017a, 2016a).

8. Arraes (2016c, p. 56).

9. Löfgren (1923, p. 29).

10. Löfgren (1923, p. 8).

11. Abreu (1998).

12. Abreu (1998, p. 135).

Antônio Galuzzi, há o sugestivo topônimo “Mina”, uma região habitada por negros em sua maioria, além de fazendas e sítios nomeados “mocambos”.

O “apagamento” das relações sociais com o espaço e dos objetos de sua composição acentuou a homogeneidade, isto é, inventou-se uma grande área uniforme submetida aos imperativos climáticos da seca e da caatinga, sem que fossem especuladas a ocorrência de outros biomas e a alternância e imprevisibilidade pluviométrica em termos espaçotemporais. Obviamente, a caatinga espalha-se amplamente nas zonas interiorizadas dos territórios em questão. Contudo, relatos do período colonial, e outros mais recentes, explicitam a transformação das camadas vegetais dos sertões do Norte mediante o trabalho humano. Quer dizer, o sertão nordestino atual – que embasou muitas das conclusões sobre os sertões da época colonial – é resultado de sucessivas e seculares ações antrópicas que agrediram o meio ambiente com técnicas de manejo.⁸

O botânico Albert Löfgren analisou essas mudanças em seus estudos. Em 1911, ele percorreu áreas dos estados do Ceará, Paraíba e Pernambuco sob as ordens da recém-criada Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS). Seu relatório cita fragmentos de matas e bosques nas cidades de Icó (Ceará) e São João dos Cariris Velhos (Paraíba), onde “a maior parte das casas antigas são construídas com madeiras daqueles bosques desaparecidos”.⁹ O assolamento da vegetação se devia ao grande número de queimadas, que iam inutilizando o solo ao longo dos anos: “[...] raras foram as noites em que o horizonte não estivesse iluminado por inúmeras queimadas. Não admira, pois, a esterilidade do solo, e as condições desfavoráveis aumentam ao passo que desaparece a vegetação alta [...] cuja vidência recrudescer com falta de resistência”.¹⁰

Resta questionar quem divulgou a imagem de sertões “vazios” e pouco partícipes na construção da América portuguesa. Muitos foram os trabalhos que conduziram à interpretação consubstanciada nessa imagem, mas dois estudos historiográficos trazem interessantes pistas deveras esclarecedoras.

Capistrano de Abreu,¹¹ em *Capítulos de história colonial* (1907), procurou dar visibilidade ao “sertão” contrapondo-o à estreita faixa litorânea cobijada por engenhos e lavouras de cana-de-açúcar. A obra potencializou o retrato uniforme da “civilização do couro”, apresentando-a de maneira romântica, como uma sociedade subsumida aos imperativos econômicos da criação de gado, que, na reflexão de Abreu, parecia o único motivo de existência do “sertão”. Em suas palavras, “pode-se apanhar muitos fatos da vida daqueles sertanejos dizendo que atravessaram a época do couro”,¹² em torno do qual giravam o cotidiano e a cultura material: a porta das cabanas, o “rude” leito aplicado ao chão, os

bancos e as cadeiras, a vestimenta de entrar no mato, a comida regada com carne-seca. A imagem predominante da “civilização do couro” é acentuada justamente pela vestimenta do vaqueiro, que se torna um dos ícones do sertão nordestino. O gibão vestido por homens acostumados com a lida das boiadas criou um universo imagético que uniformizou os sertões. No entanto, cabe lembrar que, por baixo do couro costurado para resistir à adversidade da caatinga, havia a suavidade do algodão. E nos alforjes carregava-se a carne do sertão salgada com o “sal da terra”. Além disso, fumo e cana-de-açúcar foram plantados nos sertões da Bahia, Piauí, Ceará e Pernambuco; ouro e salitre eram extraídos em diferentes partes das capitânicas do Norte; e utilizava-se como combustível nas luminárias o óleo de carnaúba, recomendado em 1796 pelo naturalista Manuel Arruda da Câmara como produto a ser comercializado.¹³

Em *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*, Capistrano de Abreu¹⁴ assinalava que os oficiais de Pernambuco conheciam a faixa litorânea açucareira, mas não os sertões da capitania. Essa escolha pela linha atlântica teria impossibilitado o “encontro” da administração de Olinda com o interior. Segundo Abreu, o descrédito com que Pernambuco via seus sertões redundou em espaços lacunares, tanto que na segunda metade do século XVIII “não se penetrava no Recife além de Bezerros, a quinze léguas para o interior”.¹⁵ Somente no início do Oitocentos, durante o governo interino do bispo Azeredo Coutinho, os representantes do rei decidiram projetar uma estrada ligando os centros urbanos ao rio São Francisco.¹⁶

Inversamente, a leitura da documentação e seu entrecruzamento com mapas desenhados, sobretudo no século XVIII, mostram sertões de Pernambuco ocupados muito além da freguesia de São José de Bezerros. Os campos de Buíque e Garanhuns, o riacho da Brígida e a ribeira do Pajeú, áreas da administração de Pernambuco, apresentavam assentamentos humanos desde o início daquele século. Conhecendo essa particularidade de regiões não isoladas, o conde de Athouguia, vice-rei do Estado do Brasil, chamou atenção à comunicação terrestre, afirmando que os caminhos “já não são tão incógnitos, nem aos do Brasil, nem a infinita gente que tem voltado para esse Reino”.¹⁷

Por sua vez, Caio Prado Jr. tratou a estagnação econômica das zonas interiorizadas como fruto de sua pouca valia em relação às rígidas demandas bilaterais formuladas entre a metrópole e a colônia, sendo o açúcar e o ouro os principais produtos das negociações.¹⁸ O sentido da colonização dos sertões do Norte esteve associado à baixa densidade demográfica, aos pequenos rendimentos da criação de gado como economia acessória às minas e aos engenhos de açúcar, e à dificuldade de entrada nas vastidões formadas por

13. Mello (1982, p. 231).

14. Abreu (1988).

15. Abreu (1988, p. 39).

16. Abreu (1988, p. 39).

17. *Offício do vice-rei conde...* (1751).

18. Prado Jr. (2008).

19. Prado Jr. (2008, p. 35).

20. Prado Jr. (2008, p. 47).

21. Prado Jr. (2008, p. 48).

núcleos de povoamento “esparços de contato e comunicações difíceis, muitas vezes até impossíveis”.¹⁹ Prado Jr. se alinha à historiografia de Capistrano de Abreu, assimilando a ideia de sertões como regiões praticamente vazias se comparadas com as concentrações humanas localizadas nas proximidades da costa. O povoamento não penetrava “aí além de poucas léguas, em regra até menos, e se aglomera exclusivamente na foz dos rios e na sua redondeza imediata”.²⁰ As povoações que surgiam além do litoral vegetavam e, inertes, não progrediam. E Prado Jr. acrescenta: “o isolamento desses núcleos da costa não é apenas com relação ao interior, mas deles próprios entre si, mercê dos obstáculos opostos ao trânsito por terra”.²¹

Na contramão do discurso de tais autores e tangenciando regionalismos historiográficos, o objetivo deste artigo é desconstruir a ideia de “vazio” e “homogeneidade” dos sertões, reconstruindo o seu povoamento, a formação de seus territórios e as paisagens cujos significativos topônimos comunicam encontros culturais, diversidade e relações de poder. Expõem-se as camadas veladas na paisagem, mas reveladas na documentação manuscrita, na cartografia e, especialmente, na toponímia gravada em texto e imagem. Nos topônimos transparecem cotidianos e vivências tanto no âmbito local como em escalas geográficas mais alargadas, dando a ver a complexidade cultural sobre a qual os sertões se construíam.

Este artigo analisa a aventura toponímica dos sertões das capitânicas do Norte e de uma parte do Estado do Maranhão, que aqui se refere às capitânicas do Piauí e do Maranhão. Exclui-se a capitania do Grão-Pará por escolha metodológica, senão o trabalho se tornaria hercúleo. As capitânicas do Norte dizem respeito aos territórios das capitânicas da Bahia (Bahia e comarca de Sergipe del Rei) e de Pernambuco e anexas (Ceará Grande, Rio Grande, Paraíba, Pernambuco e Alagoas). O argumento não se perfila numa rígida sucessão cronológica. Optou-se pela flexibilidade temporal em razão da fragmentação da documentação dos séculos coloniais, sendo difícil montar um sequenciamento lógico. Espera-se, nesse sentido, que novas pesquisas possam preencher os hiatos deixados.

Antes de percorrer o universo semântico toponímico que deu voz aos sertões, convém abordar o significado de “paisagem” aqui empregado a fim de evitar confusões recorrentes sobre o assunto.

A ARQUEOLOGIA DA PAISAGEM

A cronologia escolhida é a longa duração que vai do século XVI ao XIX, com ênfase no Setecentos, devido ao grande número de fontes transcritas, embora fragmentárias, sem uma continuidade rigorosa. Esse período considerou a paisagem como uma categoria estética, subsumida ao universo pictórico.²² Na *Enciclopédia* de Diderot e d'Alembert, "paisagem" se referia a um gênero de pintura, o que é sintomático na definição atribuída ao termo por Raphael Bluteau: "fazendo mais fermosa vista da que representão os paineis de boas pastagens".²³ Com acepção semelhante, Antonio de Moraes Silva a considerou como "Pintura. Vista, ou representação de terras, campos. Paineis de paisagem".²⁴ Em ambos os sentidos, a paisagem seria a exposição sensível do mundo rural capturado pelo olhar do pintor.²⁵ A noção trazida por Bluteau recorre à interpretação de paisagem que circulou na Europa moderna como gênero de pintura autônoma originária da pintura holandesa dos séculos XVI e XVII, que celebrava cenas do campo, ruínas, portos e pequenas cidades contempladas por um espectador distante.²⁶

Em Portugal, no século XVIII, a abordagem pictórica da paisagem já era conhecida, mas não teve divulgação sincrônica na colônia da América. Por outro lado, a sociedade colonial se habituou com a expressão "país", ou seu cognato "paiz", para se referir a "território" ou a determinada "região", destacando um significado político no lugar de certa apreensão sensível e artística do mundo envolvente. Primava-se pela dimensão utilitarista do território como instrumento de captação de recursos para a Fazenda Real e para uso doméstico. "País" aparece em relatos vários de representantes da Coroa portuguesa enviados à colônia. Por exemplo, em 1813, Bernardo José Gama escreve uma descrição pormenorizada da capitania do Maranhão, na qual são arroladas as vilas, as principais povoações e aspectos do povoamento. Em termos demográficos, ele diz: "[sua] população se acha espalhada pelas fazendas, visto que a Agricultura he o forte do Paiz, principalmente nas margens do rio Itapicuru, a quem deve toda a sua opulência".²⁷

Diante desse panorama semântico, reconhece-se que o termo "paisagem toponímica" usado neste artigo é anacrônico para os séculos da colonização, pois a palavra "paisagem", como anteriormente citado, surge na Europa, segundo as normas da arte, e na América portuguesa tal perspectiva demorou a se assentar no imaginário social. Adiciona-se a isso o fato de que os estudos sobre a toponímia no Brasil são recentes, sendo iniciados graças às pesquisas de Theodoro Sampaio,²⁸ que percebeu a relação entre o nome do lugar e aspectos socioeconômicos.

22. Arraes (2018b).

23. Bluteau (1728, v. 6, p. 187).

24. Silva (1789, p. 383).

25. Para o aprofundamento da relação entre arte e paisagem, sugiro a leitura de Clark (1949), Maderuelo (2006) e Roger (2007).

26. Groth; Wilson (2003, p. 3).

27. Gama (1872, p. 10).

28. Sampaio (1985).

29. Benes; Zvelebil (1999, p. 75).

30. Lazzari (2010, p. 54).

31. Santos (2012, p. 173).

32. Tilley (1994, p. 18).

33. Jacob (2006, p. 203).

A inviabilidade de tratar a paisagem sob a perspectiva da estética conduz a análise ao horizonte da arqueologia, disciplina que delinea a paisagem como um elemento material da cultura, construído historicamente e socialmente, (des)montando as relações humanas nos espaços de vivência. Nessa direção, a “arqueologia da paisagem”, disciplina criada nos anos 1990, transmite a interação entre cultura material e sociedade no tempo e no espaço, com o intuito de inferir usos e funções pretéritas da paisagem e a forma como o ser humano projeta seus sentimentos na natureza física que o cerca.²⁹ Dentro desse entendimento, a paisagem deixa de ser um simples cenário em que as ações humanas ocorrem, tornando-se um coletivo, uma coleção de fatores humanos e não humanos que configuram o local concreto e imaginam lugares compostos de mundos sociais.³⁰ Se há arqueologia é porque existe a urdidura da dimensão objetiva e subjetiva de atividades na história, ou seja, formam-se camadas suscetíveis de interpretação. Desvendar esses palimpsestos permite conhecer a assinatura de relações sociais esvaídas na história. Milton Santos considerou o palimpsesto sob a denominação “rugosidade”, “o tempo histórico que se transformou em paisagem”, cuja determinação testemunha um momento do mundo.³¹

Finalmente, como aproximar, em termos teórico-metodológicos, a toponímia da arqueologia da paisagem? Não seria o nome do lugar um qualificativo imaterial? Vale lembrar que os topônimos são construções históricas atribuídas por um povo sintonizado com os aspectos biogeográficos e sociais da localidade. Quando há alterações sociais, econômicas e políticas, o lugar pode ser rebatizado segundo uma nova cosmovisão. Dessa maneira, os topônimos, como camadas de uma paisagem, anunciam as sucessivas etapas históricas do lugar, passíveis então de leitura arqueológica. Sem esses atributos, os lugares inexistiriam, isto é, a materialidade forma-se também graças ao significado semântico. Paisagem (forma) e topônimo (conteúdo) são inseparáveis na interpretação arqueológica. Não se consegue compreender a cultura material (e a paisagem é uma dimensão significativa da cultura material) sem apresentar, como parte essencial, as nuances sociais e lexicais perdidas no tempo.

A paisagem, sob o ponto de vista toponímico, é configurada e codificada por uma série de localidades nomeadas em razão de sua significância social e cultural. O ato de batizar os espaços transforma as suas qualidades materiais, geográficas e biológicas em algo historicamente experimentado, em discurso culturalmente apreendido.³² De acordo com Christian Jacob, os topônimos gravados em mapas, por exemplo, permitem observar as formas e o processo de colonização, bem como explicitam diferentes maneiras de ler territórios com base na orientação geográfica e em dispositivos mentais derivados da cultura e de práticas sociais.³³

O nome dos lugares, portanto, resulta de relações fenomênicas e existenciais do ser humano com o mundo. A partir da toponímia é possível observar as correlações entre o lugar de algo ou alguém na paisagem.³⁴ Ou, como refletiu Carla Lois, os topônimos – imagens, dispositivos visuais e de visualização – recuperam a natureza visual das diversas experiências humanas.³⁵

É interessante mencionar que o ato de designar se transforma em mediação de poder, transmitindo as estratégias de dominação e ocupação do território daquele que batizou a localidade. A Casa da Torre de Garcia d'Ávila, no momento da expansão de seus imensos domínios fundiários, denominava suas fazendas de gado e denotava o claro objetivo de posse, como sugerido também por outros casos situados em diversas ribeiras dos sertões. Sem esquecer, para dar outro exemplo, que o marquês de Pombal rebatizou as povoações da colônia para afastar quaisquer dúvidas sobre as fronteiras da América portuguesa.³⁶ Os nomes das localidades, ademais, podem revelar encontros culturais entre povos que procuram se ajustar à alteridade. Daí a recorrência de topônimos que combinam palavras do léxico português, indígena e africano, como ocorre em Nossa Senhora do Carmo de Piracuruca, Mocambo de Baixo e Buriti dos Lopes.

O que nos esclarecem as paisagens toponímicas desses sertões? Elas persistem em divulgar as imagens corriqueiras de áreas vazias e homogêneas? Como os nomes dos lugares tornam-se dispositivos que se prestam a desconstruir paisagens e seus discursos correlatos? A narrativa deste trabalho pretende responder esses questionamentos, tomando como base empírica topônimos escritos em mapas e em relatos de oficiais da Coroa portuguesa. Com efeito, sublinha-se a importância da conexão entre texto (hermenêutica) e imagem (representação), com o intuito de reconstruir o significado arqueológico das paisagens dos sertões articuladas basicamente em três escalas: micro, regional e macro.

Primeiro, o artigo tece breves considerações sobre os topônimos alinhados à hipótese antes sugerida. A diversidade como sinônimo de sertões transmuda-se em termos relacionados à orientação geográfica, ao meio ambiente, à produção econômica e à sociedade em seu sentido amplo. A seguir, verifica-se o papel das economias (criação de gado e produção de sal) na definição toponímica, para depois notar como as palavras de origem indígena ampararam o conhecimento e o povoamento das áreas interiorizadas. Os endotopônimos celebram o contato intercultural entre nativos e adventícios, a aceitação ou negação do outro (quando um topônimo é substituído) e a imposição de poder de determinada cultura sobre as demais. Dá-se atenção aos nomes dos lugares indicados ao longo de caminhos terrestres e fluviais, procurando salientar em que nível se encontrava o povoamento dos sertões e sua complexidade paisagística.

34. Jacob (2006, p. 204).

35. Lois (2010, p. 319).

36. Araujo (2000); Kantor (2010).

37. Silva (1925, p. 190).

38. Bluteau (1728, v. 7, p. 613).

39. Silva (1813, p. 693).

40. Bluteau (1728, v. 7, p. 198).

41. Antonil (1982, p. 95).

42. Ofício do ouvidor da capitania... (1787).

43. Rosa (2008).

44. Rellaçam das comarcas pertencentes... (1760).

TOPÔNIMOS EM SERTÕES DIVERSOS

Uma das definições de “sertão” remonta às cartas de doação das capitanias hereditárias, por volta de 1530, referindo-se a cinquenta léguas de terra da costa atlântica concedidas aos capitães donatários por d. João III, rei de Portugal, para que avançassem “pelos sertam e terrãa fyrme adentro quando poder entrar e for da minha comquista”.³⁷ Para a Coroa, os “sertam” eram áreas situadas além da faixa litorânea, terra firme, interiorizada. O mesmo significado aparece no *Vocabulário Portuguez e latino, áulico, anatômico, architetonico, bellico...* do jesuíta Raphael Bluteau: “sertão”, nesse dicionário publicado em 1728, seria a “região apartada do mar, e por todas as partes metida entre terras”.³⁸ A definição de Antonio de Moraes Silva pouco difere da bluteauniana: “sertão” como o “interior, o coração das terras”.³⁹

A diferença entre as acepções supracitadas reside na questão da fronteira, mesmo que virtual. Enquanto o sertão das cartas de doação é descrito como um *continuum* geográfico, sem que se apontem os seus limites, Bluteau e Moraes Silva o enquadram no mediterrâneo, entre um limite específico – o mar, por exemplo – e uma fronteira metafórica – “o coração das terras” –, o centro de um organismo sistêmico. Bluteau atribuiu aos sertões uma carga espacial, relacionando-os ao termo “região”, que se refere a “algum grande espaço dos que se considerão nas diferentes porções, ou partes desta grande maquina do mundo”.⁴⁰ Nesse aspecto, os sertões, segundo os dispositivos semânticos do Setecentos, eram espaços apartados do oceano ou distantes dos principais centros urbanos do litoral.

Percebe-se então a difícil tarefa de precisar o início e o fim dos seus contornos geográficos. Dependendo do ponto de referência ou localização, determinado sertão poderia se situar a poucos quilômetros dos núcleos urbanos da costa e não necessariamente no interior. O padre jesuíta André João Antonil afirmou, em 1711, que o sertão de Pernambuco “se estende pela costa desde a cidade de Olinda até o rio São Francisco oitenta léguas”.⁴¹ Em 1787, o ouvidor da comarca de Olinda, Antônio Xavier de Moraes Teixeira Homem, mencionou que a povoação de Pau d’Alho, fundada em área de produção açucareira, a cerca de seis léguas da vila do Recife, era parte “do vasto sertão” de sua jurisdição.⁴² Portanto, durante o período colonial, com exceção dos principais centros de poder administrativo e judicial das capitanias do Norte e do Estado do Maranhão (São Luís, Olinda, Recife, Cidade da Bahia), tudo poderia ser sertão, que de fato estava sempre em toda parte.⁴³ Esse era o caso de certas freguesias do arcebispado da Bahia situadas em dois sertões contíguos: Certão de Baixo e Certão de Cima. No primeiro existiram paróquias litorâneas e mais interiorizadas, como Nossa Senhora da Vitória da Cidade de Sergipe del Rei e Nossa Senhora do Monte do Itapicuru da Praia.⁴⁴

A diversidade dos sertões aparece nas toponímias escritas nos documentos oficiais. Frei Martinho de Nantes, um dos primeiros missionários a catequizar os cariris nas margens médias do rio São Francisco, chamou aquela ribeira de “sertão de Rodelas”,⁴⁵ território entre o rio Carinhanha e a foz do rio Moxotó, de onde derivaram as vilas das capitânicas da Bahia (Urubu), de Pernambuco (Barra e Pilão Arcado) e do Piauí (Mocha, Parangará e Jerumenha).⁴⁶ Vê-se na “Carta Geographica da Capitania do Piauí, e parte das adjacentes”, desenhada em 1761 pelo engenheiro militar Henrique Antônio Galuzzi, o sertão dos Pimenteiros, relativo a uma área ocupada por índios foragidos das aldeias missioneiras dos sertões de Rodelas e do sul do Maranhão.⁴⁷ Ainda no Maranhão, havia os sertões de Pastos Bons, uma extensa zona coberta de pasto mimoso, considerado o principal alimento vegetal para os gados vacum e cavalar. Os sertões das Salinas de Cima e do Pilão Arcado localizavam-se na capitania de Pernambuco. Ali os produtores de “sal da terra” vinculavam-se diretamente com o comércio de Minas Gerais, Goiás e Bahia.⁴⁸ Além da comercialização interna, o sal foi muito utilizado na salga da carne e na condimentação das refeições familiares.

As fontes compulsadas indicam zonas marcadas por diferentes coberturas vegetais. Obviamente, as plantas e árvores típicas da caatinga imperaram sobre as demais, sobretudo nas épocas de seca, quando os tons verdes dos mandacarus, juazeiros e carnaúbas salpicam a paisagem acinzentada. D. Domingos do Loreto Couto informou que o território do bispado de Pernambuco compreendia mais de trezentas léguas de costa marítima, “e da parte pelo sertão assentado em campinas, e cortado de brejos com bosques”.⁴⁹ Ainda em Pernambuco havia os campos de Buíque e Garanhuns, regiões formadas por excelentes e vastas pastagens para o gado conduzido às feiras de Pau d’Alho, Santo Antão e vila de Goiana.⁵⁰ A sugestiva nomenclatura da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Campina Grande foi atribuída às copiosas campinas de sua circunscrição eclesiástica.⁵¹ E a fertilidade da terra e as “matas de caatinga” dos Cariris Novos da capitania do Ceará Grande conferiram à paróquia de São José a amenidade climática desejada por muitos moradores de sertões vizinhos.⁵²

No entanto, o verde é a cor característica de brejos em razão da constante umidade do solo. Bluteau relacionou o “brejo” às terras baixas “onde nasce agoa, ou que de verão e inverno, tem quasi sempre, ou pouco, ou muita”.⁵³ Tal entendimento se aproxima da definição proposta pelo botânico Albert Löfgren: “[brejo] designa somente aquellos terrenos nos quais os rios se conservam mais ou menos permanentes e onde, por isso, a agricultura se desenvolve mais cedo”.⁵⁴ Os brejos eram lugares favoráveis à fixação humana, assim como sucedeu, em 1697, naquele localizado entre as fazendas São Francisco Xavier e Barra, erguidas nos sertões do Piauí. Ali, o

45. Nantes (1979, p. 68).

46. Arraes (2016b, p. 260).

47. Galindo (2004, p. 63).

48. Wied (1989, p. 407).

49. Couto (1904, p. 19).

50. Carta do ouvidor-geral de Pernambuco... (1732).

51. Ideia da população... (1923, p. 17).

52. Idem, p. 8.

53. Bluteau (1728, v. 2, p. 188).

54. Löfgren (1923, p. 26).

55. Ennes (1938, p. 379).

56. Löfgren (1923, p. 29).

57. Cf. mapa do engenheiro militar Henrique Antônio Galluzzi, "Carta Geographica da capitania do Piauí, e das partes adjacentes" (Figura 8).

58. Cf. mapa de Antonio Bernardino Pereira do Lago, "Carta Geral da Província do Maranhão". Atualmente, essa carta geográfica pertence à mapoteca Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar (GAEEM), localizado na cidade de Lisboa, Portugal.

59. Spix (1981, p. 84).

60. Spix (1981, p. 220).

61. Marcgrave (1942, p. 62).

62. Colleição das observações dos productos... (Anos 1800 e 1801).

63. Câmara (1982, p. 231).

64. Spix (1981, p. 84).

65. Braga (1960, p. 161).

66. Spix (1981, p. 75).

67. Spix (1981, p. 227).

capitão-mor dos paulistas, Francisco Dias de Siqueira, erigiu uma povoação de índios sustentada com o cultivo de mandioca, arroz, milho, feijão, bananas e batatas: "tudo se dá com g.^{de} abundancia mostrando a fertilidade da terra".⁵⁵

À medida que os habitantes alteravam a vegetação dos sertões, seja para fins econômicos ou simplesmente pela derrubada de árvores para uso corriqueiro, os brejos desapareciam progressivamente. Sedes de fazendas dos Cariris Velhos da Paraíba retiravam suas estruturas de madeira dos brejos desaparecidos.⁵⁶ Curiosamente, os fazendeiros batizavam suas fazendas com o designativo "Brejo". Havia a fazenda Brejo na ribeira do Moxotó, em Pernambuco; o sobrado do Brejo dos Meiras, nos sertões de Rio de Contas; e o Brejo de Santo Inácio, fazenda dos jesuítas no Piauí que orientava as boiadas destinadas à Cidade da Bahia. Além desta, o Piauí abrigou outras cinco localidades denominadas "Brejo".⁵⁷ Na capitania do Maranhão, outras quatro fazendas identificavam-se com igual topônimo.⁵⁸

Nos brejos cresciam buritizeiros e carnaubais. O buriti, segundo a imagem romântica criada por Spix e Martius, era o ornamento da ribeira do São Francisco e de extensos trechos do interior.⁵⁹ Os leques da folhagem da carnaúba expandiam-se sobre os terrenos úmidos das províncias de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Piauí e Ceará, "onde imprime à paisagem um aspecto especial e atrativo".⁶⁰ As duas palmeiras se prestavam para uso doméstico e fins econômicos. Os fios e as fibras da carnaúba serviam como cobertura das casas e como matéria-prima para a fabricação de cestos.⁶¹ Empregava-se o caule nos currais de gado, na construção de canoas e como pilar e viga das "choupanas dos pobres e casas dos ricos".⁶² Esse uso, que atravessou os séculos, era comum nos tempos de Arruda da Câmara.⁶³ Em São Romão, julgado da capitania de Minas Gerais, costumava-se dar uma certa quantidade de buriti como dote das noivas.⁶⁴ Ferdinand Denis consagrou à carnaúba a metáfora de "árvore da vida", evocando a representação que o naturalista prussiano Alexander von Humboldt havia dado ao buriti manuseado por índios do baixo Orinoco.⁶⁵ Por volta de 1818, os viajantes germânicos Spix e Martius avistaram os sertões da capitania da Bahia declarando-os como "vastidões desérticas".⁶⁶ Essa representação negativa e paradoxal é refutada em suas próprias narrativas e descrições. Ao passo que a caravana palmilhava os caminhos, identificavam-se os "nós" da rede de povoações composta de sítios, sedes de fazendas, arraiais, freguesias, vilas e cidades. A frequência de gentes e comerciantes na passagem do Juazeiro animava o lugar, tornando-o, nas palavras dos naturalistas, a povoação "mais importante do que outras que ficam junto das vilas de Pilão Arcado, da Barra do Rio Grande e Urubu".⁶⁷ Nesse aspecto, o vazio por eles criado se transformou num discurso de desvalorização dos sertões, obscurecendo sua dinamicidade e os vínculos internos amarrados por relações que extrapolavam a dimensão local. A

falaciosa imagem das “vastidões desérticas” se converteu em potente argumento para os escritos posteriores, de meados do século XIX e início do XX,⁶⁸ quando os sertões do Norte passaram a ser vistos, no imaginário social, unicamente como sertão nordestino, eclipsando os demais sertões do Brasil.

O GADO E O SURRÃO DE SAL: OS TOPÔNIMOS E AS ECONOMIAS

A criação de gado vacum

É inegável que a criação de gado vacum foi a modalidade econômica que mais contribuiu para modificar a paisagem dos sertões dos estados do Brasil e do Maranhão.⁶⁹ No entanto, seriam essas regiões unicamente relacionadas aos currais, aos pastos e ao couro? O que diz a toponímia relativa a outros produtos comercializados internamente? Descobrimos que, além de currais, os sertões devotaram-se à produção de sal (chamado de “sal da terra”, em oposição àquele originário do Reino), ao comércio de algodão, especialmente a partir de finais do Setecentos, e à extração de minérios preciosos, principalmente nas capitanias da Bahia e do Ceará Grande.

Nas ribeiras predominavam as designações toponímicas relativas ao gado, aos pastos, ao deslocamento das boiadas e ao encontro de fronteiras físicas, como exprimem os termos “estrada” e “passagem”: Currálinho, Malhada, Porteira, Curral de Bois, Gado Bravo, Pastos Bons, Capim Formoso, Bezerras, Mimoso, Cortume, Couros, Curral de Dentro, Capim Grosso, Estrada Real das Boiadas, Passagem Franca, Passagem do Juazeiro e Passagem da Manga, Várzea da Vaca, e assim sucessivamente.

Não surpreende que, no mapa da Figura 1, os sertões da capitania do Ceará sejam descritos como “povoado de gado”. O mesmo acontece nos arredores da vila da Mocha, comarca do Piauí, cujo “país he todo povoado de gado”. Esse aspecto se aproxima dos índices quantitativos fornecidos por Antonil. Os rios da capitania de Pernambuco com pastos adequados ao manejo das boiadas se localizavam nas ribeiras do Açu, Apodi, Jaguaribe, Canindé, Piauí, Piranhas e Pajeú.⁷⁰ Nos sertões da Bahia, prossegue o jesuíta, “estão atualmente mais de quinhentos currais, e, só na borda aquém do rio São Francisco, cento e seis. E na outra borda da parte de Pernambuco, é certo que são muito mais”.⁷¹ Nos currais, vaqueiros tangiam entre duzentas e mil cabeças de gado, embora outras fazendas superassem tais índices, chegando a encurralar de 6 mil a 20 mil reses.⁷²

68. Segundo Leopoldo M. Bernucci (1989, p. 9), a confluência das ideias de Martius e Capistrano de Abreu era indiscutível, assim como o plano que Euclides da Cunha delineou para *Os Sertões* se baseou no esquema historiográfico proposto pelo naturalista germânico, isto é, um enfático recorte determinista apoiado na raça, no meio ambiente e no momento histórico.

69. As questões propriamente econômicas da criação de gado vacum não serão aqui aprofundadas. Prevalece, no entanto, a compreensão de paisagens sob chave culturalista, que relaciona os topônimos à criação de gado sem mencionar índices estatísticos ou gráficos comparativos. A historiografia brasileira é rica em estudos desse tipo, como os de Simonsen (1977), Abreu (1988) e Prado Jr. (2008, 2011).

70. Antonil (1982, p. 95).

71. Antonil (1982, p. 95).

72. Antonil (1982, p. 96).

73. Carta do capitão-mor da Paraíba... (1710).

74. Consulta do Conselho Ultramarino... (1720).

75. Ofício do governador do Piauí... (1770).



Figura 1 – Mapa parcial da região compreendida do sertão do Ceará até a vila do Príncipe. Data indefinida, provavelmente das primeiras décadas do século XVIII. Fonte: Biblioteca Nacional.

O gado se movimentou por todas as direções, constituindo-se como base econômica para a maioria dos habitantes dos sertões. De acordo com o capitão-mor da Paraíba, João da Maia da Gama, “hacha-se os Certoens desta Capitania muy povoada de gentes, fazendas e gado”.⁷³ No Ceará Grande a situação era semelhante, como expôs o Conselho Ultramarino, em consulta de 1720 ao rei d. João V: “neste país tão vasto, estando hoje povoado porque só na Ribeira do Jogoaribi estão mais de tresentas rossas e currais...”.⁷⁴ No Piauí, “o principal rendimento da Fazenda Real [...] consiste nos dízimos dos gados vacuns e cavallares, genero cujo consumo sendo dependente da indigência em que delles estão as Capitancias circunvizinhas”.⁷⁵ Referindo-se à freguesia de São José dos Bezerros, bispado e capitania de Pernambuco, o relatório do governador Jozé Cezar de Menezes arrolou paroquianos dedicados a “crear gados, outros de alguma lavoura que plantão nos brejos, e de curtir couros e sollas; a conduta [sic]

destes gados he para a cidade da Bahia, onde fica mais próximo”.⁷⁶ Em direção à Cidade da Bahia muitas boiadas eram tangidas dos sertões de Jacobina, pois “abundão os dittos sertões de gado, cujas estradas livres de gentio e beneficiados podem fazer hum extenso commercio com a comarca e com a capital”.⁷⁷

Os topônimos alusivos ao universo da criação de gado marcavam os lugares de pouso e de alimentação das reses. Na jurisdição do julgado de Pastos Bons da capitania do Maranhão, havia as melhores pastagens e águas de rios perenes, que saciavam a sede das gentes e animais que circulavam na região em tempos de seca. Sobre a utilidade desse território, o major Francisco de Paula Ribeiro comentou:

A natureza de uns e de outros terrenos, excessivamente prodiga na sua vegetação, é que talvez adquiriu para todo este districto o nome de Pastos Bons! Os seus campos nutridores, o seu ar commodo, preciosas águas, grande fertilidade seguida ao mais pequeno cultivo e a sua nunca interrompida verdura, são circumstancias que fazem com que este paiz seja o mais abundante e delicioso: por isso mesmo é que elle chama dos sertões das outras capitánias confinantes os negociantes de gados, que d’alli transportam para manutenção e povoação dos seus infecundos campos a criação das vaccas e novilhas.⁷⁸

O deslocamento de vaqueiros, manadas, tangedores e cavalos antevia pousos ricos em pasto, onde os animais recobravam a energia essencial à continuidade do trajeto. As localidades de consumo e recuperação chamavam-se “invernadas”. O Caminho Real do Gado (que uniu as cidades da Bahia e São Luís) abrigou quatro invernadas, utilizadas em grande parte pelas reses das Fazendas Reais do Fisco do Piauí:⁷⁹ a primeira, nos arredores do lugar chamado Passagem do Juazeiro (hoje Petrolina-PE); a segunda na vila de Jacobina; a terceira na fazenda Bebedouro, na serra de Itiúba; e, finalmente, a quarta nas vizinhanças da feira de Capuame.⁸⁰ Outro exemplo é mencionado no relatório do capitão Custódio Moreira dos Santos, indicando o empenho em abrir uma estrada real – que conectou a vila do Recife ao julgado de Cabrobó – e levantar currais “em que se recolham de noite (o gado) com segurança e descanso dos boiadeiros”.⁸¹ No pouso Crauatá (hoje, talvez, a cidade de Gravatá-PE), abundante de capim mimoso, pernoitavam-se “infalível as boiadas e é descanso certo de todos os viandantes”.⁸² Muito pasto ainda se encontrava em diferentes sertões da Bahia. Nas proximidades do arraial da Conquista, o príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied testemunhou manadas originárias do rio São Francisco, que descansavam nessa paragem por algum tempo para, a seguir, se “refazerem nos pastos mais próximos”.⁸³

76. Ideia da população... (1923, p. 38).

77. Vilhena (1802, p. 10).

78. Ribeiro (1849, p. 44).

79. Originariamente, essas fazendas pertenciam a Domingos Afonso Mafrense. Após sua morte, em 1711, elas foram herdadas pela Companhia de Jesus da Cidade da Bahia. Com a expulsão dos jesuítas dos domínios portugueses, em 1759, elas foram cooptadas pela administração da Fazenda Real.

80. Ofício do governador do Piauí (1771).

81. Santos apud Mello (1966, p. 18).

82. Santos apud Mello (1966, p. 24).

83. Wied (1989, p. 427).

84. Diégues Júnior (1960, p. 426).

85. Holanda (1960, p. 221).

○ sal da terra

○ conjunto de mapas analisados aponta outras economias, encobertas pelos currais. ○ desenho da Figura 2 inclui o sugestivo topônimo “Salinas” logo abaixo da foz do rio Grande com o São Francisco.

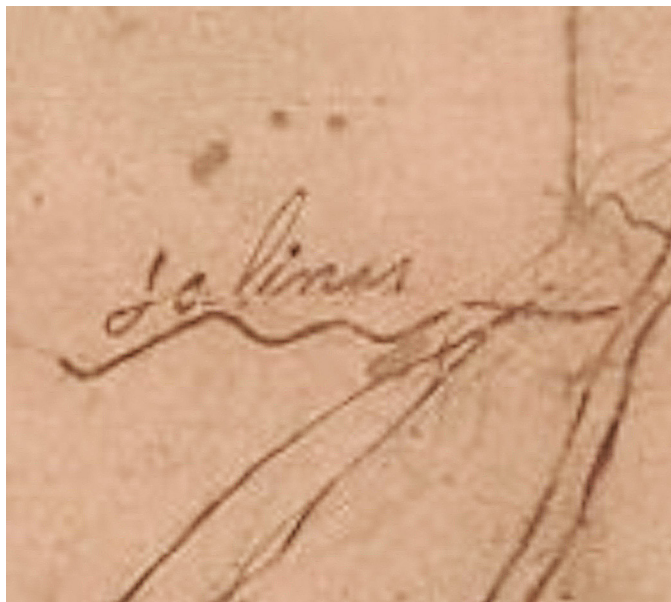


Figura 2 – Topônimo Salinas, detalhe do mapa da Figura 1. Fonte: Biblioteca Nacional.

Na realidade, a criação de gado e a extração e comércio de sal eram atividades complementares, que não se excluíam. Para Manuel Diégues Júnior, em razão da profusão de salinas nos sertões, o gado teve condições favoráveis para se expandir, que possibilitaram o povoamento de áreas desconhecidas.⁸⁴

Na mesma direção, Sérgio Buarque de Holanda indicou a presença de barreiros salinos no rio São Francisco como um fator positivo à ocupação das margens e áreas contíguas.⁸⁵ Com efeito, “salinas” e toponímia correlata aparecem irradiadas pelo interior das capitânicas do Norte: Salinas de Cima, Salinas de Santo Antônio, Salinas do Zacarias, Riacho das Salinas, Salinas de Casa Nova, Salinas do Sobrado, Riacho do Salitre, Salobro, Água Salgada, Salgado e assim por diante.

As salinas remetem à prática da extração de salitre e à produção do “sal da terra”, denominação conferida ao sal produzido na colônia em oposição ao sal marinho ou originário do Reino. Presume-se que o colono tenha se apropriado de uma antiga técnica indígena de refinamento. De acordo com as observações de Gabriel Soares de Sousa, para fazer sal, os índios queimam o solo e “tomam aquela cinza, e terra queimada, lançam-na na água do rio em vasilhas, a qual fica

logo salgada, e põem-na ao fogo, onde a cozem e fervem tanto até que se coalha e fica feito o sal em um pão; e com este sal temperam seus manjares”.⁸⁶

Empregava-se o sal da terra na salga das carnes e como condimento da alimentação doméstica. Sabe-se que, em 1697, entre as fazendas Rio Grande e Salinas, construídas na ribeira do rio Piauí, havia oito lagoas “de que se tira sal quazi semelhante ao do Reino, e sua agoa he mais salgada do q’ a do mar porque metendoce na boca a deixa em feridas de carne viva achace nelas o sal em pastas, como tijolos”.⁸⁷ Em contrapartida, certas localidades que forneciam o sal foram intituladas com outros topônimos, como Brejo de Santo Inácio, Pindola, Brejo da Brígida, escondendo sua valiosa participação nos processos de extração, produção e consumo e na diversificação paisagística dos sertões.

A descoberta de salinas acompanhou as expedições voltadas à procura de metais preciosos. O desejo de achar prata e ouro levou sertanistas a adentrar os recônditos espaços da capitania da Bahia. Muitas das jornadas não tiveram sucesso. Outras encontraram, em vez dos nobres metais, o salitre (nitrato de potássio), que, na época, servia à fabricação da pólvora negra.⁸⁸ O riacho do salitre e a serra dos Montes Altos, ambos situados na Bahia, presenciaram importantes projetos de extração de salitre. Alguns pontos de exploração de nitrato de potássio se confundiram com as localidades produtoras de sal da terra.

Desde os anos 1670, o governo-geral do Estado do Brasil se empenhou em inspecionar as áreas salitrosas. Naquela cronologia, o capitão-mor do rio São Francisco, João Vieira de Moraes, obteve algumas amostras de nitrato de potássio encontradas em territórios indígenas. Em 17 de agosto de 1671, Moraes convidou Bento Surrel, morador da vila de Penedo, para averiguar onze minas de salitre, “repartidas a uma, duas, e três léguas num espaço de dezoito léguas”, e realizar experimentos químicos no intuito de refinar o mineral.⁸⁹ Algumas amostras foram enviadas ao Reino. Depois que as autoridades de Lisboa perceberam a qualidade do salitre dos sertões e seus benefícios na produção de pólvora, o Conselho Ultramarino recomendou ao príncipe regente, d. Pedro II, que os oficiais da Bahia produzissem um detalhado relatório contendo os dias de jornada, os “sítios e partes donde estão estas minas, a quantidade de léguas, quantas haverá do primeiro porto de São Francisco pela terra dentro, as que pode pelo rio abaixo, e até que sítios, fazendo de tudo um mapa muito por extenso para que se possa dar conta a Vossa Alteza”.⁹⁰ Em 1679, as ordens de exploração do salitre foram intensificadas a ponto de se aventar a construção de uma fábrica e de oficinas em cada local de extração:

86. Sousa (1971, p. 341).

87. Padre Miguel de Carvalho apud Ennes (1938, p. 385).

88. Puntoni (2002, p. 30).

89. Carta sobre as minas... (1976, p. 79).

90. Idem., p. 81.

91. Decreto de Vossa Alteza... (1976, p. 172).

92. Idem., p. 172.

93. Idem., p. 173.

94. Idem., p. 173.

95. Ainda hoje existe uma localidade situada nas margens do rio Salitre com identificação semelhante.

96. Consulta do Conselho Ultramarino... (1703).

97. Puntoni (2002, p. 33).

98. Carta do Provedor do regimento... (1755).

99. Idem.

100. Idem.

101. Idem.

102. Idem.

[...] as quais deviam constar de uma grande casa para as tinas e caldeiras onde se havia de separar o salitre, outro armazém para se recolher depois de puro, casas para o almoxarife ou feitor e alojamento para os negros de todo aquele serviço além dos quartéis que eram necessários para alguns soldados que segurassem a estância dos assaltos dos índios circunvizinhos, além das despesas de outros acessórios e incidentes, que se deviam considerar para a conservação e estabelecimento desta fábrica.⁹¹

O salitre refinado seria conduzido pelo rio São Francisco até o “grande rochedo” (Cachoeira de Paulo Afonso), onde o rio se tornava inavegável.⁹² Pensou-se em construir um armazém nessa localidade. Dali, o percurso seguiria por terra, circundando o rochedo, para logo aportar o mineral em embarcações que navegariam em direção à vila de Penedo.⁹³ Outro itinerário possível seria por terra, das minas à Cidade da Bahia. Planejava-se erguer um armazém ao pé da serra de Jacobina, lugar conveniente “onde haviam de ir descarregar os cavalos que o trouxeram para a serra para ali passarem a carros que fazendo naquela terra menos despesa conduziam maior quantidade”.⁹⁴ Sabe-se que uma dessas minas – Abreus⁹⁵ – adquiriu o nome de seu administrador, Leonel de Abreu e Lima.⁹⁶ Segundo Pedro Puntoni, os fracos resultados e as despesas da Fazenda Real levaram d. Pedro II a interromper a fábrica e a extração dessas minas em 1706.⁹⁷

Em meados do século XVIII, o salitre retornou aos diálogos das autoridades régias. As minas e oficinas reais da Bahia, criadas no crepúsculo do século XVII, foram reconhecidas pelo provedor do Regimento do Ouro de Rio de Contas, Manuel Dias Mascarenhas. Em 1755, ele remeteu um documento ao intendente-geral, Wenceslau Pereira da Silva, dando conta do roteiro que havia feito nas áreas salitrosas dos riachos Pacuí e Salitre e das oficinas estabelecidas em suas ribeiras. A primeira oficina chamava-se Sargento e ficava em terras do sargento-mor João dos Reis Santos, a treze léguas do rio São Francisco.⁹⁸ A segunda era a dos Abreus, situada na ribeira do Salitre, na fazenda dos herdeiros de Felizardo Ribeiro.⁹⁹ A terceira, denominada Taboleiro, localizava-se no mesmo riacho que as demais, afastada dos Abreus doze léguas.¹⁰⁰ O trabalho de extração ficava a cargo dos índios da missão do Sahy.¹⁰¹ Mascarenhas complementou sua carta informando que surrões de sal eram “fabricados” em todas as salinas visitadas e em outras localizadas na bacia do São Francisco, tais como Santo Antônio, Pilão Arcado, Brejo e Brejo de Maurício de Almeida.¹⁰²

As pistas fornecidas pelos topônimos arrolados por João Vieira de Moraes e Manuel Dias Mascarenhas mostram os sertões, em especial a área compreendida entre o rio São Francisco e a ribeira do Salitre, como paisagens construídas a partir da produção, consumo e comercialização de “sal da terra” e extração do salitre,

deslocando-as, nesse aspecto, da uniformidade representada no epíteto “civilização do couro”, apregoadado por Capistrano de Abreu.

103. Ideia da população... (1923, p. 62).

104. Idem.



Figura 3 – Produção de sal no território da freguesia de Campo Largo, capitania de Pernambuco. Notar os termos gravados em vermelho. Detalhe do “Mappa do Estado da Bahia contendo a rede geral da viação do Estado, 1895”. Fonte: Biblioteca Nacional.

O sal esteve relacionado espacialmente aos territórios articulados em diferentes escalas. De acordo com o governador de Pernambuco, José Cezar de Menezes, o termo da vila da Barra, definido desde a missão do Juazeiro ao rio Carinhanha, abrigava de uma parte a outra do São Francisco “sallinas de sal, e muito maior na parte de Pernambuco até a Freguesia do Campo Largo”¹⁰³ (Figura 3).

A grande incidência incentivou o deslocamento de comerciantes das comarcas de Goiás, Paracatu, Gerais, Serro e Jacobina, das vilas de Minas Novas do Fanado e Rio de Contas e de todos os sertões adjacentes. Esses comerciantes conduziam o sal em “barcas e canoas de grandes vellas, e pella terra adentro, em Cavalgaduras”.¹⁰⁴

105. Spix (1981, p. 91).

106. Spix (1981, p. 208).

107. Idem.

108. As distâncias citadas entre parênteses tomam como referência o rio São Francisco.

109. Spix (1981, p. 225).

110. Spix (1981, p. 226).

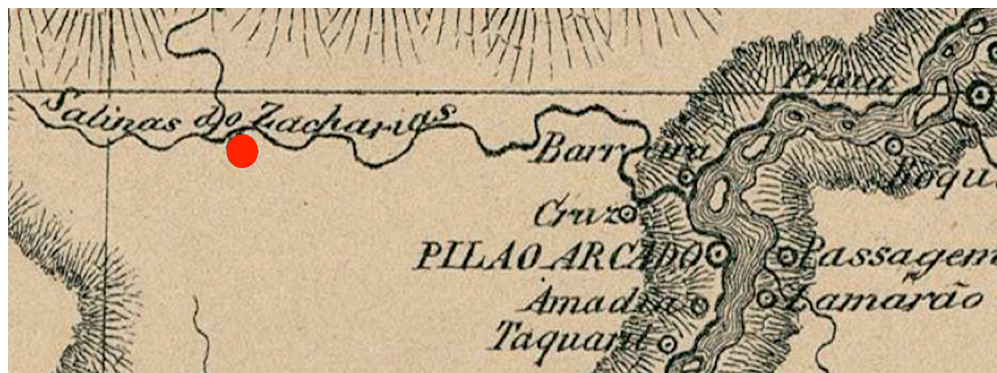


Figura 4 – Salinas do Zacarias (sinalizada em vermelho), localizadas no termo da vila de Pilão Arcado. Detalhe do mapa "Província do Piauí", de José Ribeiro da Fonseca Silveiras. Fonte: Biblioteca Nacional.

A produção e o consumo do sal perduraram por décadas, resistindo até o final do Oitocentos. No final da primeira década do século XIX, Spix e Martius presenciaram, no julgado de São Romão de Minas Gerais, a comercialização de sal proveniente da vila de Pilão Arcado, importado em sacos de couro (surrões), cada um pesando cerca de trinta ou quarenta libras, pagando cem réis de direito de entrada no registro da Malhada.¹⁰⁵ Não por acaso os viajantes celebram em sua narrativa a complementaridade de gado e sal, relatando que as boiadas se alimentam em "lambedouros de sal",¹⁰⁶ e que os produtos importados em Minas Gerais derivam da criação de gado "e, principalmente, do sal de cozinha extraído nas proximidades do rio [São Francisco]".¹⁰⁷

Chegando ao arraial do Juazeiro, os naturalistas germânicos se inteiraram de catorze "minas de sal" – nome pelo qual as salinas e outras localidades de extração eram chamadas pelos moradores do distrito. Algumas delas já haviam sido identificadas pelos oficiais da Coroa na segunda metade do Setecentos: Batateira (12 léguas),¹⁰⁸ Brejo da Brígida (15 léguas), Brejo Seco (7 léguas), Pindola (4 léguas), Brejo do Zacarias (6 léguas – Figura 4), Salinas Grandes (12 léguas), Casa Nova (nas margens do rio – Figura 5), Sargento, Paté, dos Abreus, Aldeia (na ribeira do Salitre), Pacuí, Brejo Grande (no riacho do Pacuí) e Assuruá (4 léguas).¹⁰⁹ Vendia-se o sal na feira do Juazeiro aos negociantes de Minas ou despachavam-se os surrões para lojas de fazendas secas das povoações situadas nas margens do São Francisco e em outras partes do Reino do Brasil:

Para o negócio com São Paulo, Goiás e Mato Grosso, São Romão e Barra do Rio das Velhas, são os principais empórios. Para as regiões mais ao Norte, as províncias da Bahia e Pernambuco, uma parte de Goiás e Piauí, são-nos as vilas da Barra do Rio Grande, Pilão Arcado e o arraial de Juazeiro. O total da produção em todas as lagoas calcula-se em mais de 35.000 sacos anualmente; só no rio salitre colhem-se mais de 2.000 arrobas por ano.¹¹⁰

Além da narrativa dos referidos viajantes, um primoroso relatório de exploração do rio São Francisco, escrito pelo engenheiro Henrique Guilherme Fernando Halfeld, lança luz sobre a continuidade da participação do sal no mercado interno das províncias da Bahia e de Pernambuco. O engenheiro, a serviço do imperador d. Pedro II, descreveu e listou todas as áreas produtoras de sal, discriminando a quantidade refinada anualmente e as interações sociais estabelecidas pelas localidades. Em seu percurso fluvial, Halfeld notou que a produção se intensificava a partir do porto de Santo Antônio das Salinas (Figura 6), um pequeno arraial que exportava entre 4 mil e 5 mil alqueires ao ano a um preço médio de 2\$000 a 5\$000 réis o surrão.¹¹¹



Figura 5 – Localização da povoação de Casa Nova. Em seu território produzia-se sal para consumo e comercialização. Em vermelho, topônimos que identificam as frentes econômicas, com destaque para sal, gado e carnaúba. Detalhe do “Mappa do Estado da Bahia contendo a rede geral da viação do Estado, 1895”. Fonte: Biblioteca Nacional.

112. Idem.

113. Halfeld (1860, p. 26-27).



Figura 6 – Porto das Salinas de Santo Antônio, situado no termo da vila de Pilão Arcado. Nota-se o sugestivo topônimo “Ilha da Salina”. Fonte: Halfeld (1860).

Na vila de Pilão Arcado, a maior parte dos habitantes do concelho se dedicava à produção de sal, de sorte que seu comércio rivalizava com a povoação vizinha de Remanso.¹¹² Concorriam para o mercado local muitas salinas, as quais cabe aqui elencar, embora a citação seja um pouco extensa:

Arraial do Sobrado, a das povoações do Sobradinho, Salitre, Itaparica, Juréma d’Aldeia, do Sargento, do Paté, dos Abreus, do Pacuhy, da Baixa Grande, Riacho da Casa Nova e Fazenda da Casa Nova, que fabricação e exportão cousa de 4 a 5.000 alqueires; as Estremas, as Arêas e o Joá, Salgadinho de Dentro e Salgadinho de Fóra, Salina Grande com 6 a 10.000 alqueires [...] e mais as salinas do Jatobá com 600 a 700 alqueires; o Brejo da Prazida (Brígida), da Batateira, do Brejo Secco com 600 a 1.000 alqueires, sendo este de côr amarella; da Tranqueira e Salinas do Sacco com 3 a 4.000 alqueires; do Catú com 400 a 600 alqueires; da Pindoba com 3 a 4.000 alqueires; de Santo Antônio das Salinas com 4 a 5.000 alqueires; de Sento Sé, do Mocambo de Boi, de Assuruá com 1.000 alqueires, sendo o melhor, o mais pesado e o mais procurado, ainda apresentando uma côr preta, o sal das salinas do Brejo do Zacarias, que fornece de 10 a 12.000 alqueires; finalmente sendo o das salinas de Campo Largo e Imbuzeiro muy alvo e crystallino. Também á beira do Riacho do Tarraxi existem algumas salinas...¹¹³

Os topônimos associados à produção de sal – seja com o termo “salinas” explícito no designativo ou oculto por alguma função político-social ainda obscura – construíram paisagens nos sertões, com especial realce para as áreas adjacentes ao rio São Francisco. De fato, a grande quantidade de sal de suas salinas faz jus

ao título “rio dos currais”, conferido por Pedro Taques de Almeida.¹¹⁴ A criação de gado seria impraticável sem o sal, necessário para manter as funções fisiológicas das reses em equilíbrio. Entretanto, estudos sobre os sertões geralmente se fundamentam em fontes historiográficas que colocam a criação de gado como único dispositivo formador daquelas paisagens. O sal da terra, que deveria estar em um dos papéis principais, quando aparece, é um ator coadjuvante.

A TOPONÍMIA E AS GENTES QUE JÁ ESTAVAM NOS SERTÕES

Numa carta geográfica atribuída a Herman Moll,¹¹⁵ o centro da América portuguesa aparece nomeado como a “Terra dos Tapuyas”, uma extensa região ocupada por esse genérico termo “tapuia”, que designa, segundo a classificação colonial, o gentio “bárbaro” e “selvagem” dos sertões, em oposição não só ao mundo cristão europeu, mas inclusive à sociedade tupi do litoral.¹¹⁶ A alteridade do tapuia aparece na descrição de d. Domingos do Loreto Couto, que retoma a fórmula de Gandavo¹¹⁷ com particular agressividade, afirmando serem os tapuias “feras selvagens que vivem ao som da natureza, sem fé, nem ley, nem rei [...] mais brutos em pé, que racionais humanos, sem arte, nem política, sem prudência, e sem humanidade, preguiçosos, covardes, mentirosos [...]”.¹¹⁸ Elias Herckman, a serviço da Companhia das Índias Ocidentais, pinta outra figura dos índios da etnia *jan duwi* (janduí), qualificando-os como submissos às ordens do seu “rei”, sobretudo em questões bélicas e vingança intertribal.¹¹⁹ Mesmo assim, os Janduí não escaparam do discurso habitual eurocêntrico: “levam uma vida inteiramente bestial e descuidosa. Não semeiam, não plantam nem se esforçam, por fazer alguma provisão de víveres”.¹²⁰

A literatura e os manuscritos estudados para este artigo pouco dizem sobre o método empregado pelos índios ao nomear seus espaços de vivência, ao contrário das designações toponímicas atribuídas pelos europeus a tais lugares, como o resultado de formas complexas de reapropriação da toponímia preexistente.¹²¹ Antes de ser uma categoria social homogênea, conforme mostram os símbolos e legendas de mapas antigos e textos oficiais, a partir do genérico “tapuia” derivam-se vários grupos ameríndios.¹²² No Piauí, por exemplo, segundo a “Dezcrição do certão do Peauhy Remetida ao Ill.^{mo} e Rm.^o S.^{or} Frei Francisco de Lima Bispo de Pernam.^{co}”, redigida em 1697 pelo padre Miguel de Carvalho, havia 36 etnias que habitavam as ribeiras dos rios Piauí, Canindé, Gurguéia, Sambito, Longá e Parnaíba: aroachizes, carapotangas, aroquanguiras, precatiz,

114. Gama (1872, p. 238).

115. Moll (1993, p. 31).

116. Puntoni (1998, p. 5-19).

117. “A língua deste gentio todo pela Costa he huma: carece de três letras – não se acha della f, nem l, nem r, cousa digna de espanto, porque assi não têm Fé, nem Lei, nem Rei; e desta maneira vivem sem Justiça e desordenadamente” (Gandavo, 2008, p. 65).

118. Couto (1904, p. 37).

119. Herckman apud Pompeu Sobrinho (1934, p. 7-28). Idem., p. 21. III, 1934, p. 7-28.

120. Idem., p. 21.

121. Kantor (2010, p. 301).

122. Questões étnicas, políticas e culturais dos índios do atual Nordeste brasileiro foram primorosamente divulgadas no trabalho organizado por João Pacheco de Oliveira (2011).

123. Ennes (1938. p. 387-389).

124. Leite (1945, p. 271).

125. Vieira (1992, p. 153).

126. Consulta do Conselho Ultramarino... (1703).

127. Carta do governador da capitania... (1739).

128. Couto (1904, p. 56).

129. Roteiro para seguir... (1841, p. 184).

130. *Idem*, p. 185.

acuruás, rodeleiros, beíquidos, bocoreimas, cupequacas, cupicheres, gutamez, goyias, anicuaz, aranhez, corerás, aytetus, abetiras, beirtés, goaras, macamasus, nongazes, tremembés, anassuz, aruas, ubatês, meatanz, corsiás, lanseiros, arayez, acumez, goratizes, jaicós, jendoiz, ycós, uriús e cupinharoz.¹²³

Na capitania da Bahia, havia o imenso território denominado “sertão dos Rodelas”, onde havia outros tantos ameríndios com suas idiossincrasias. O jesuíta Simão de Vasconcelos planejou visitar certas aldeias de Rodelas: dos índios tocós, moritises, sapoiás e paiaiás.¹²⁴ Em 1696, uma relação enviada ao provincial da Bahia listava os índios cariris, orises e procases. Nos arredores da fortaleza do Ceará, chamou a atenção do padre Antônio Vieira os “tapuias gentios” ganacés e juguaruanas confederados contra os portugueses.¹²⁵ Na ribeira do Salitre, localizada dentro do sertão de Rodelas, o governador-geral do estado do Brasil, d. Rodrigo da Costa, incentivou uma “guerra justa” contra os macarus contrários à exploração do nitrato de potássio em 1703.¹²⁶

As sociedades indígenas dos sertões eram diversas. De acordo com a “Relação das Missoins que há e das formas que se podem areglar”, habitavam as zonas interiorizadas da capitania de Pernambuco e suas anexas os índios tabajaras, careús, quixelos, calindés, assús, payacús-assus, quixereus, condandus, carateus, genipapos, penacuri-assus, potengis, caramatuba, cunhaú, coremas, panatis, pegas, caripós, aricobés, anasur-umans, caracoxoens, mariguencas, carnijós e xocós.¹²⁷ Aimorés, potentús, guaitacás, guaromonis, goarigoarés, jeçarurus, amanipagues, paycás e potigoares também integram a lista.¹²⁸

O relatório do major Francisco de Paula Ribeiro, datado de 1819, menciona os tupinambás, timbiras e gamelas, “povoações gentias que ainda não domésticas se acham dentro do território da capitania do Maranhão”. Os tupinambás residiam nas vilas de Vinhais, Paço do Lumiar e Viana e nos “lugares de índios” de São Miguel e Trezedelas do rio Itapicuru.¹²⁹ O documento lembra a contínua movimentação interna das tribos, que “acossadas pelos primeiros povoadores [...] se lançaram também para o Sudoeste e Oeste do[s] mesmo[s] [rios] Itapicuru e Parnaíba [...] que presentemente esconde o seu maior número de almas, e os nomes particulares de muitas das mesmas povoações”.

Paula Ribeiro descreve o cultivo da terra segundo as determinações da natureza. No verão, os índios se dedicam à caça e à coleta de frutos silvestres, como “pequi, bacaba, sapucaia, mangaba, gabiroba, bacuri [...]”. No inverno, retornam às aldeias deixadas aos cuidados das mulheres, crianças e idosos, e plantam batatas, amendoins e milho, guardando o excedente da produção em espécies de “paióis” particulares de cada família.¹³⁰ Após a

passagem das chuvas, geralmente entre os meses de maio e junho, os índios recolhem os alimentos semeados, armazenando-os novamente nos paióis, “e largam as povoações para ir outra vez desfrutar nos campos os seus provimentos, que a natureza lhes preparou”.¹³¹

Os sertões aqui estudados estavam povoados por muita gente antes da chegada do europeu. É provável que essas etnias portassem hábitos próprios ou herdados de culturas aparentadas. Nessa perspectiva, a toponímia serve como pista para identificar paisagens representativas do cotidiano e da cultura dos povos pré-cabralinos ou originários.

Às vezes certos endotopônimos (oriundos do léxico indígena) ocultavam as reais práticas sociais do lugar, isto é, seu conteúdo tinha dupla função. Se, por um lado, as palavras Uracapá, Zorobabé, Pambu, Massacará e Ararumus diziam respeito às etnias ou, simplesmente, às localidades de convívio familiar e tribal, por outro elas ainda se referiam às aldeias missionárias voltadas à catequese. Os missionários se apropriaram dos vocábulos indígenas no intuito de facilitar a congregação de um crescente número de “almas” ao seio da Igreja Católica. Esse ato articula duas interpretações possíveis e polarizadas. Numa perspectiva positiva, a apropriação do léxico indígena representou um dos dispositivos de conhecimento dos sertões e a aceitação da alteridade que se impôs no transcurso do povoamento. Por outro lado, o acordo com o “outro” prestou-se aos objetivos de colonização e reforma espacial, revelando-se, portanto, como mecanismo de poder.

Isso é evidente quando se lê na cartografia os nomes de lugares que acompanham o percurso de caminhos terrestres. O Caminho Real do Gado, que ligou as capitais dos estados do Maranhão e do Brasil, traz bons exemplos de toponímias que evocam o contato entre culturas ao juntar o endotopônimo com palavras de origem portuguesa e africana ou hagiopônimos.¹³²

O Caminho Real do Gado (Figura 7) foi desenvolvido com o auxílio de índios práticos, cujo conhecimento prévio do território facilitou a execução da desejada comunicação entre os dois estados da América portuguesa. O controle fundiário, o escoamento do gado criado no Piauí, a exploração de salitre, a procura pelo ouro e o incentivo ao povoamento de áreas distantes da costa foram os principais motivos do projeto.

131. Idem, p. 187.

132. O vocábulo “hagiopônimo” surge da aglutinação dos vocábulos gregos *hagio* (santo), *topos* (lugar) e *onoma* (nome). Literalmente seria o “nome de um lugar santo”. A propósito do estudo da hagioponímia, recomenda-se a leitura de Carvalho (2014).



Figura 7 – “Estrada Real das Boiadas, que se communica com o Sertão”. Imagem retirada de mapa que representa a rede urbana do Recôncavo Baiano. Fonte: Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar de Portugal (Geaem). Identificador: 4559-1A-10A-53.

Se a viagem iniciasse em São Luís do Maranhão, o percurso poderia ser feito com maior rapidez, navegando pelo rio Itapicuru até o julgado das Aldeias Altas. Dali, o trajeto fazia-se necessariamente por terra. O viandante então palmilhava sítios e fazendas e avistava capelas e paróquias, além de transitar nos espaços de povoações oficiais antes de chegar à capital da Bahia, destino final da estrada. Interessa-nos as designações toponímicas que orientaram a construção da rota. Após o julgado das Aldeias Altas, o viandante se movia pelas fazendas do Rosário (2 léguas) – Paraquí (2) – Pindoba (2) – Bacába de Fora (2) – Sucurujú (5) – Bacabeira (2) – Olho d’Água (3) – Passagem de Santo Antônio

(3) – Gado Bravo (5) – São Francisco (3) – *Buriti* (1 1) – São Gonçalo de Amarante (6) – Mocambo (8) – *Passagem do Canindé* (8) – *Arassás* (6) – Cidade de Oeiras (2). De Oeiras seguem os núcleos de povoamento da Lagoa (3) – Ilha (4) – Brejo de Santo Inácio (5) – Poções (10) – Mocambo (3) – *Ingá* (19,5) – *Caboclo* (6,5) – *Angicos* (3) – *Urucuri* (4) – *Passagem do Juazeiro* (5) – *Caraibas* (5,5) – *Carnaíba* (4) – *Emburanas* (12) – *Jagurari* (3) – *Itapicuru* (3) – *Vila de Jacobina* (1) – *Tamandú* (4) – *Itapicuru-Mirim* (5) – Santo Antônio das Queimadas (2) – Rio do Peixe (4) – *Umbuzeiro* (5) – *Coité* (7) – *Boca da Catinga* (2) – *Crauatá* (14) – *São José das Itapororocas* (4) – Nossa Senhora da Oliveira dos Campinhos (4) – Vila de Santo Amaro (3) – Cidade da Bahia.¹³³

Nesse percurso, um palimpsesto de deslocamento, nomes e espaços moldavam as paisagens dos sertões. Ao mesmo tempo em que se transmitia historicidade e uso cultural ao lugar nomeado, construíam-se territórios de vivência cotidiana a partir das preexistências ameríndias, como a passagem do Canindé, utilizada por moradores da ribeira homônima em seus trajetos territoriais. Na passagem de Santo Antônio, situada na ribeira do Parnaíba, gentes, escravos e mercadorias se valiam de embarcações e canoas, administradas pelo contratador de dízimo da passagem, para sair do Piauí e adentrar o território da capitania do Maranhão. Além dessas, outras 11 passagens localizavam-se no curso do rio São Francisco, ligando diferentes partes das capitanias do Norte às regiões adjacentes.¹³⁴

Dos 43 topônimos do Caminho Real do Gado, 26 pertenciam ao universo linguístico de origem indígena, e 16 deles eram circunscritos ao reino vegetal, o que é significativo quanto à formação de paisagens. A árvore ou a vegetação se converteram na condição essencial da criação toponímica. Havia afinidade entre quem nomeia – aquele que se apropria da nomenclatura indígena – e o índio – aquele que primeiro batizou a árvore. Em certa medida, os nativos percebiam a natureza segundo o horizonte da necessidade. Dela tiravam o sustento e os materiais para confeccionar armas, ornamentos, utensílios domésticos e habitações. Esse saber foi ensinado ao adventício. Por exemplo, durante os meses de estiagem, os índios saíam de suas tribos em busca da suculenta raiz do umbuzeiro, “com o que a gente que anda pelo sertão mata a sede onde não acha água para beber, e mata a fome comendo esta raiz, que é mui sadia, e não faz nunca mal a ninguém que comesse muito dela”.¹³⁵

Na esteira das reflexões de Iris Kantor, a onomástica híbrida de Bacába de Fora, Passagem do Canindé, Passagem do Juazeiro, Boca da Catinga e São José das Itapororocas traduz as conexões entre localismo e universalismo do império ultramarino português.¹³⁶ O caminho real que uniu São Luís à Cidade

133. Roteiro para seguir... (1841, p. 512-514). Os topônimos destacados se referem aos endotopônimos e à toponímia híbrida, resultado da combinação do léxico europeu ou africano com palavras indígenas. Os números entre parênteses dizem respeito às léguas a serem percorridas pelo viandante.

134. Bom Jardim, Barra, Rio Preto, Carinhonha, Rio Corrente, Juazeiro, Pilão Arcado, Sorobabé, Pedra, Curral dos Bois e Ibó. Consulta do Conselho Ultramarino... (1779).

135. Sousa (1971, p. 192).

136. Kantor (2010, p. 302).

da Bahia ainda abrange os sertões povoados segundo as diretrizes políticas emanadas da Coroa portuguesa. Não faltavam no roteiro freguesias (São José das Itaporocas e Nossa Senhora de Oliveira dos Campinhos), julgados (Aldeias Altas), lugares de índios (São Gonçalo do Amarante), vilas (Jacobina, Santo Amaro) e cidades (Oeiras do Piauí e as duas capitais dos estados do Brasil e do Maranhão). Nesse sentido, os topônimos híbridos demonstram que a elaboração de paisagens nunca se faz em espaços neutros ou em tábula rasa. Os índios deixam rastros materiais ou simbólicos de sua ação, cabendo às gerações posteriores relê-los a fim de reconfigurar o preexistente.

EPÍLOGO: A AVENTURA DOS NOMES EM SERTÕES MULTIESCALARES

No terceiro quartel do século XVII, frei Martinho de Nantes havia caracterizado os sertões de Pernambuco como “solidões vastas e assustadoras”,¹³⁷ um juízo de valor que, como visto, é incompatível com a presença milenar de índios nos sertões, com relação à abrangência de lugares nomeados ou mesmo no que diz respeito à rede de povoações oficiais tecida no curso de caminhos terrestres e fluviais. De certa forma, o estudo da toponímia dá pistas fiáveis do nível de conhecimento de uma localidade ou região, pois o ato de nomear define espaços antes considerados indefinidos ou indeterminados, como no caso analisado do sertão de Rodelas, uma enorme área rica em diversidade étnica, nomeada pelos colonizadores tendo em vista a posse da terra ou políticas de povoamento e catequese da Coroa portuguesa.

O sertão de Rodelas não é um exemplo isolado. Há também o sertão dos Pimenteiros, localizado a sudeste da capitania de São José do Piauí, identificado em caixa-alta por Galuzzi em seu mapa (Figura 8). Enquanto os sertões contíguos aparecem devidamente povoados por centenas de sedes de fazendas de gado, o topônimo “Pimenteiros” se refere a lugares desocupados. Trata-se de um vazio forjado pelo cartógrafo diante da impossibilidade de registrar a vivência ameríndia e as maneiras de como os índios modificavam o espaço naquela área da capitania. Pimenteiros reuniu diferentes grupos indígenas resistentes à colonização em um território delimitado por agentes ciosos de firmar o poder da Coroa ou da elite local do Piauí.



Figura 8 – Topônimo “Pimenteiras”, em caixa-alta. Detalhe do mapa de Henrique Antônio Galuzzi intitulado “Carta Geographica da Capitania do Piauí e partes adjacentes”. Fonte: Biblioteca Nacional.

De Rodelas à povoação de Salinas de Santo Antônio, da região à especificidade do lugar, a aventura toponímica dos sertões se construiu num jogo de dinâmicas multiescolares – um movimento que acentua a complexidade sociocultural moldada nos sertões. Isso é emblemático no vocábulo “Itapicuru”, originário do tupi antigo e relativo a dois importantes cursos fluviais, um localizado no Maranhão e outro na capitania da Bahia.

Mas como um topônimo de origem tupi chegou ao sertão da Bahia? Infelizmente, ainda não há informações historiográficas suficientes para responder, ainda que parcialmente, a essa questão. A presença de “Itapicuru”, no entanto, frisa a aventura toponímica dos sertões, coadunada com a circulação de termos de origem geográfica distante, cujo conteúdo semântico promove a pluralidade como qualificativo paisagístico. De fato, o amálgama de diferentes aspectos da vida humana (cultura) deu o tom nos sertões, não somente nos contatos entre o negro e o português com o indígena, mas também naqueles circunscritos nos processos de etnogênese, como bem demonstrou John M. Monteiro.¹³⁸

Os nomes de origem indígena orientaram os povoadores em seus empenhos de colonizar as terras dos sertões. As cartas de sesmarias estão repletas de casos em que requerentes indicavam os endotopônimos como limites de suas posses. No entanto, é justamente nessa experiência de conhecimento de palavras indígenas que surgiu uma variedade de topônimos derivados dos termos originais. Num artigo primoroso, Luiz Mott aborda as dificuldades dos primeiros povoadores de Sergipe del Rei em memorizar e padronizar designativos toponímicos nas precisas demarcações das sesmarias. Ele exemplifica o texto

139. Mott (2006, p. 111).

140. Acento das cazas próprias... (1762).

com a palavra "Cotinguiba", que aparece nas cartas como "Cotemguiba, Cotindiba, Cotendiba, Quoatinguyba, Quatimdiba", entre outras.¹³⁹

Essas amostras da cultura deslocam os sertões da imagem usual homogeneizante e redutora, sobretudo aquela subsumida na ideia de "vazio" e na exclusividade econômica da criação de gado *vacum*. As salinas da bacia do rio São Francisco mobilizaram a urdidura de relações sociais internas entre capitânicas. A grande incidência de topônimos associados ao "sal" realça o agenciamento do produto no cotidiano dos moradores e na percepção da natureza envolvente. O "sal da terra", no entanto, ainda carece de estudos aprofundados. Aqui foi exposto um breve quadro desse elemento da cultura material dos sertões, primordial à configuração de suas paisagens.

Se na leitura macroescalar sobressaem os topônimos do universo linguístico de origem indígena, termos hibridizados (como "freguesia de Inxú" da capitania de Pernambuco) e relativos às principais frentes econômicas, na escala intraurbana (das vilas e cidades), as ruas, as praças e os bairros são designados, ao menos no que respeita aos sertões dos Estados do Brasil e do Maranhão, conforme a nomenclatura recorrente nos espaços urbanos de Portugal, obviamente adaptada às relações sociais do centro urbano local. A cidade de Oeiras do Piauí é um caso exemplar.

Oeiras do Piauí, antes vila da Mocha, ganhou status de cidade em 1761, em carta régia de 19 de junho. O "acento das cazas"¹⁴⁰ de 1762, o primeiro censo urbano de Oeiras, realizado pelo governador João Pereira Caldas, além de identificar as principais construções oficiais e religiosas, praças e bairros, arrolou os nomes das ruas, dando a ver suas especificidades funcionais. É preciso ressaltar que, conforme o "acento", a presença indígena no núcleo urbano é mínima, reduzida a nove habitantes, e por isso inexistem topônimos alusivos à sua cultura.

Nos cinco bairros da capital do Piauí – Praça, Rosário, Conceição, Caquende e Dezerto – habitavam 1.120 moradores, dos quais 655 eram livres e 465 cativos. Nesse sentido, havia uma população negra significativa, que também matizou o cotidiano da cidade. E a toponímia das ruas é elucidativa quanto à diversidade humana e às hierarquias espaciais moldadas por essa sociedade. Para não alongar esta seção do artigo, basta destacar apenas sua principal hipótese (sertões plurais gravados na toponímia), indicando a seguir, brevemente, alguns topônimos.

Na rua do Jorge havia casas de aluguel cujo proprietário era um tal Antônio Gonçalves Jorge. A rua dos Ferreiros concentrou os oficiais mecânicos dedicados à produção de estribos, chaves, ferraduras e ferrolhos, objetos essenciais à vivência citadina e ao cotidiano doméstico das fazendas de criar gado. Havia também os lugares de proibição moral, como sugere a rua dos Pecados Mortais, ou ainda a rua

das Pataratas, assim chamada, talvez, por conta da má fama de seus moradores. Não se pode esquecer que o conjunto toponímico de Oeiras assevera as lógicas de sua urbanização e os ritmos de seu crescimento. A rua Direita atravessava a praça da igreja matriz, dedicada à Nossa Senhora da Vitória. Já o morador que quisesse ir ao bairro do Rosário deveria passar a rua da Ponte, uma clara alusão à pequena ponte de madeira construída sobre o riacho Pouca Vergonha.¹⁴¹ Atrás da matriz se encontrava a rua da Cadeia Velha; contudo, o acento também menciona a rua da Cadeia Nova. A ligação dos adjetivos “novo” ou “velho” a um topônimo preexistente ajuda a diferenciar as áreas antigas das recentes, deixando transparecer os tempos de ocupação e a expansão da cidade.¹⁴²

A fortuna toponímica e seus significados escalar e cultural são, portanto, instrumentos para entender paisagens pretéritas dos sertões dos estados do Brasil e do Maranhão. Martinho de Nantes e os viajantes estrangeiros estabeleceram o potente discurso (depois seguido pela historiografia clássica brasileira) de sertões subsumidos na genérica categoria do “vazio”, mas essa interpretação é desconstruída pela leitura de topônimos gravados em mapas e em fontes manuscritas de natureza variada, como roteiros de viagem, descrições de territórios e censos. Em todo caso, o estudo dos nomes dos lugares, como um campo metodológico da arqueologia da paisagem, aponta que o suposto vazio ocultou a vida, os conflitos, os jogos de poder e o cotidiano de sociedades habituadas a experimentar pequenos e amplos espaços.

141. Acento das cazas próprias... (1762).

142. Andrade (2003, p. 85).

REFERÊNCIAS

FONTES MANUSCRITAS

ACENTO DAS CAZAS PRÓPRIAS, e de aluguer q' ocupão os moradores da Cidade de Oeyras, Capitania de São Jozé do Piauhy, suas Famillias, pessoas de hum, e outro sexo, mossos, e Escravos, seus Suburbios, e Arebaldes, cazas e rossas delles q' o Ill.^{mo} S.^r João Pereira Caldas governador da dita Capitania mandou fazer, e averiguar por Domingos Barreyra de Macedo Capp.^{am} mor da mesma Cid.^e, e da governança della, de que foy Escrivão Luiz Ant.^o Ribr.^o da mesma governança. Ministério do Reino, mç. 601, cx. 704. Lisboa: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 1762.

CARTA DO CAPITÃO-MOR DA PARAÍBA, João da Maia da Gama, ao rei D. João V sobre os povoados, gados e mais fazendas, e a falta de administração nos sertões. Administração Central, Conselho Ultramarino, Paraíba, Cx. 4, D. 310. Lisboa: Arquivo Histórico Ultramarino, 1710.

CARTA DO GOVERNADOR DA CAPITANIA de Pernambuco, Henrique Luís Pereira Freire de Andrada, ao rei D. João V sobre a representação dos índios Tapuias em que se queixam dos maus-tratos que os afastam da conversão, e a respeito de suas terras e cativoiro, que tendo sido consultada pela Mesa da Consciência, remeteu para o Conselho Ultramarino as cópias da Junta das Missões e a distribuição das aldeias. Administração Central, Conselho Ultramarino, Pernambuco, Cx. 55, D. 4767. Lisboa: Arquivo Histórico Ultramarino, 1739.

CARTA DO OUVIDOR-GERAL DE PERNAMBUCO, Antonio Rodrigues da Silva, ao rei sobre as queixas dos moradores de Buíque e Garanhuns, capitania do Ararobá, contra as inquietações das autoridades de justiça da vila de Penedo, e pedindo para terem jurisdição independente daquela vila. Administração Central, Conselho Ultramarino, Pernambuco, Cx. 42, D. 3826. Lisboa: Arquivo Histórico Ultramarino, 1732.

CARTA DO PROVIDOR DO REGIMENTO; e guarda-mor das minas do Rio das Contas, Manuel Dias Mascarenhas, para o Conselheiro Intendente Geral da Baía, Wenceslau Pereira da Silva. ANTT. Correspondência recebida do Brasil (Bahia). Ministério do Reino, mç. 599, n. 47. Lisboa: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 1755.

COLLEÇÃO DAS OBSERVAÇOENS DOS PRODUCTOS naturaes do Piauhi. Ao Ill.^{mo} e Ex.^{mo} S.^{or} D. Diogo de Souza do Cons.^o do Pr.^e N. S.^{or} G.^{or} e Capitão General do Maranhão. Por Vicente Jorge Dias Cabral B.^{el} em Filozofia e Dir.^{to} Civil e p.^{or} aos lugares das Letras. Anno de 1800 e 1801. Localizador: I – 12, 02, 011. Rio de Janeiro: Fundação da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 1800 e 1801.

CONSULTA DO CONSELHO ULTRAMARINO à rainha D. Maria I sobre o requerimento de Manuel José de Sousa em que solicita que se ponha em arrematação os contratos das passagens do rio São Francisco, na capital de Pernambuco. Administração Central, Conselho Ultramarino, Pernambuco, Cx. 133, D. 9987. Lisboa: Arquivo Histórico Ultramarino, 1779.

CONSULTA DO CONSELHO ULTRAMARINO ao rei, D. João V, sobre a carta do padre Domingos Ferreira Chaves, missionário-geral e visitador-geral das missões do sertão da parte do norte do Ceará, e exposição do padre Antônio de Sousa Leal, missionário e clérigo do Hábito de São Pedro, sobre as violências e injustas guerras com que são perseguidos e tiranizados os índios do Piauí, Ceará e Rio Grande. Administração Central, Conselho Ultramarino, Ceará, Cx. 1, D. 67. Lisboa: Arquivo Histórico Ultramarino, 1720.

CONSULTA DO CONSELHO ULTRAMARINO ao rei, D. Pedro II, sobre a carta do governador-geral do Estado do Brasil, D. Rodrigo da Costa, acerca do aviso do governador da capitania de Pernambuco, Francisco de Castro de Moraes, a respeito da guerra contra o gentio na nação Macarus, habitantes das terras da região do Salitre, do rio São Francisco, da parte da capitania de Pernambuco. Administração Central, Conselho Ultramarino, Pernambuco, Cx. 10, D. 1941. Lisboa: Arquivo Histórico Ultramarino, 1703.

CONSULTA DO CONSELHO ULTRAMARINO ao rei, D. Pedro II, sobre as cartas e papéis do ex-governador, Fernão Martins Mascarenhas de Lencastro, do desembargador e provedor da Fazenda Real da capitania de Pernambuco, Inácio de Moraes Sarmento, acerca do estado em que se encontram as minas de salitre da mesma capitania, e do seu rendimento e despesa. Administração Central, Conselho Ultramarino, Pernambuco, Cx. 20, D. 1938. Lisboa: Arquivo Histórico Ultramarino, 1703.

OFFÍCIO DO VICE-REI CONDE de Athouguia, expondo as dificuldades que o desembargador Agostinho Felix dos Santos Capello apresentava para realizar sua viagem a Goyaz, como lhe fora ordenado, informando que a despesa era grande, por causa da enorme distancia a percorrer, da inclemência do clima e dos caminhos e dos assaltos dos gentios, que tornavam necessário ir aquelle magistrado bem acompanhado e provido de todos os recursos. Administração Central, Conselho Ultramarino, Bahia, Cx. 2, D. 173. Lisboa: Arquivo Histórico Ultramarino, 1751.

OFÍCIO DO GOVERNADOR DO PIAUÍ, Gonçalo Lourenço Botelho de Castro, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, sobre a arrematação do contrato dos dízimos da Fazenda Real do Piauí, e informando que, acerca da arrematação do triênio de 1767 a 1769, se devem encontrar maiores embaraços do que antes, principalmente a respeito das freguesias de Oeiras do Piauí, Jerumenha, Parnaguá e Marvão. Administração Central, Conselho Ultramarino, Piauí, Cx. 11, D. 633. Lisboa: Arquivo Histórico Ultramarino, 1770.

OFÍCIO DO GOVERNADOR DO PIAUÍ, Gonçalo Lourenço Botelho de Castro, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, sobre a organização do transporte do gado que iria participar na feira de Capuame, na Bahia, e que era proveniente das fazendas da Companhia de Jesus. Administração Central, Conselho Ultramarino, Piauí, Cx. 11, D. 656. Lisboa: Arquivo Histórico Ultramarino, 1771.

OFÍCIO DO OUVIDOR DA CAPITANIA de Pernambuco, Antônio Xavier Moraes Teixeira Homem, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, sobre a situação da justiça nos julgados da comarca de Olinda, Garanhuns, Tacaratú, Pajeú e Cabrobó, e sugerindo a elevação de todos à vila, e informando o desenvolvimento comercial de Paudalho e de Santo Antão da Mata e a necessidade de transformá-los em vilas a fim de melhorar a aplicação da justiça na dita capitania. Administração Central, Conselho Ultramarino, Pernambuco, Cx. 160, D. 11530. Lisboa: Arquivo Histórico Ultramarino, 30 de agosto de 1787.

RELLAÇAM DAS COMARCAS PERTENCENTES a jurisdiçam deste governo geral da Bahia, e das vilas pertencentes a cada huma das mesmas comarcas. Localizador: I – 29, 19, 48. Rio de Janeiro: Fundação da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 1760.

VILHENA, Luís dos Santos. *Recopilação de noticias referentes às Capitânicas de Pernambuco e Goiás, e do pensamento político applicados nas colônias portuguezas*. Rio de Janeiro: Fundação da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 1802.

FONTES IMPRESSAS

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1982.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anaomico, architectonico*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728. 8 v.

CÂMARA, Manuel Arruda da. *Obras reunidas, c. 1752-1811*. Coligidas com um estudo biográfico de José Antônio Gonsalves de Mello. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife; Fundo da Cultura da Cidade do Recife, 1982.

CARTA SOBRE AS MINAS de salitre do Brasil. *Documentos Históricas*, Rio de Janeiro, v. 88, p. 78-82, 1976.

COUTO, Domingos do Loreto. *Desagravos do Brazil e glórias de Pernambuco: discursos brasílicos, dogmáticos, bélicos, apologéticos, moraes e históricos, tomo I*. Rio de Janeiro: Officina Typographica da Bibliotheca Nacional, 1904. v. 26.

DECRETO DE VOSSA ALTEZA sobre as minas de salitre junto ao rio São Francisco. *Documentos Históricas*, Rio de Janeiro, v. 88, p. 172-174. 1976.

DEZCRIPÇÃO DO CERTÃO do Peauhy Remetida ao Illm.º e Rm.º S^{or} Frei Francisco de Lima Bispo de Pernam.^{co}. In: ENNES, Ernesto. *A guerra nos Palmars*. Rio de Janeiro: Cia. Editora Nacional, 1938.

GAMA, Bernardo Jose. *Informação sobre a Capitania do Maranhão dada em 1813 ao Chanceller Antonio Rodrigues Velloso*. Vienna: Imp. Carlos Gerold, 1872.

GANDAVO, Pero de Magalhães. *Tratado da Terra de Santa Cruz: história da província de Santa Cruz, a que vulgarmente chamamos de Brasil*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2008.

HALFELD, Henrique Guilherme Fernando. *Atlas e relatorio concernente a exploração do Rio São Francisco: desde a cachoeira de Pirapóra até ao Oceano Atlântico: levantado por ordem do governo de S. M. I o senhor D. Pedro II, pelo engenheiro civil Henrique Guilherme Fernando Halfeld em 1852, 1853 e 1854*. Rio de Janeiro: Lithographia Imperial, 1860.

IDEIA DA POPULAÇÃO da capitania de Pernambuco, e das suas anexas, extensão de suas costas, rios, e povoações notáveis, agricultura, numero dos engenhos, contractos, e rendimentos reais, augmento que este tem tido desde o anno de 1774 em que tomou posse o governador das mesmas capitanias o Governador e Capitam General Jozé Cezar de Menezes. Rio de Janeiro: Officinas Graphicas da Bibliotheca Nacional, 1923. (Anais da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro, v. 40)

MARCGRAVE, Jorge. *História natural do Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial, 1942.

MOLL, Hermann. Map of South America. In: ADONIAS, Isa; FURRER, Bruno. *Mapa: imagens da formação territorial brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Emílio Odebrecht, 1993.

NANTES, Martinho de. *Relação de uma missão no rio São Francisco*: relação sucinta e sincera da missão do padre Martinho de Nantes, pregador capuchinho, missionário apostólico no Brasil entre os índios chamados cariris. São Paulo: Editora Nacional, 1979.

RIBEIRO, Francisco de Paulo. Descrição do Território de Pastos Bons, nos sertões do Maranhão: propriedades dos seus terrenos, suas producções, character dos seus habitantes colonos, e estado actual dos seus estabelecimentos. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, tomo 12, p. 41-86, 1849.

ROTEIRO PARA SEGUIR a estrada do Maranhão para a cidade da Bahia. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, tomo 3, p. 512-514, 1841.

SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario de lingua portugueza*: recopilado dos impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1789.

SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. São Paulo: Cia. Editora Nacional; Edusp, 1971.

SPIX, Johann Baptist von. *Viagem pelo Brasil*: 1817-1820. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981. v. 2.

VIEIRA, Antônio. *Escritos instrumentais sobre os índios*. São Paulo: Educ; Loyola; Giordano, 1992.

WIED, Maximilian. *Viagem ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1989.

LIVROS, ARTIGOS E TESES

ABREU, Capistrano de. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1988.

ABREU, Capistrano de. *Capítulos de história colonial: 1500-1800*. Brasília, DF: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998.

ANDRADE, Amélia Aguiar. *Horizontes urbanos medievais*. Lisboa: Livros Horizonte, 2003.

ARAUJO, Renata Klautau Malcher de. *A urbanização do Mato Grosso no século XVIII: discurso e método*. 2000. Tese (Doutorado em História da Arte) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2000.

ARRAES, Damião Esdras Araujo. Imaginando a paisagem urbana de Oeiras do Piauí (1697-1762). *GEOGRAFIA*, Rio Claro, v. 41, n. 2, p. 351-371, 2016a.

ARRAES, Damião Esdras Araujo. Plantar povoações no território: (re)construindo a urbanização da capitania do Piauí, 1697-1761. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 257-298, 2016b.

ARRAES, Damião Esdras Araujo. Vendo outras paisagens dos “certoens” do Norte, séculos XVI-XIX. *Oculum Ensaios*, Campinas, v. 13, n. 1, p. 51-69, 2016c.

ARRAES, Damião Esdras Araujo. *Ecos de um suposto silêncio: paisagem e urbanização dos “certoens” do Norte, c.1666-1820*. 2017. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2017a.

ARRAES, Damião Esdras Araujo. Do Maranhão à Bahia: cartografar e representar a urbanização dos sertões das capitanias do Norte. *Revista Territórios & Fronteiras*, Cuiabá, v. 10, n. 2, p. 413-429, 2017b.

ARRAES, Damião Esdras Araujo. Narratives of Northern sertões urbanization. *Mercator*, Fortaleza, v. 17, p. 1-15, 2018a.

ARRAES, Damião Esdras Araujo. A paisagem e sua dimensão estética. *Princípios*, Natal, v. 24, n. 45, p. 37-57, 22 jan. 2018b.

BENES, Jaromír; ZVELEBIL, Marek. A historical interactive landscape in the heart of Europe: the case of Bohemia. In: UCKO, Peter J.; LAYTON, Robert. *The archaeology and anthropology of landscape: shaping your landscape*. London; New York: Routledge, 1999. p. 74-94.

BERNUCCI, Leopoldo M. Pressupostos historiográficos para uma leitura de Os Sertões. *Revista USP*, São Paulo, n. 1, 1989.

BRAGA, Renato. *Plantas do Nordeste, especialmente do Ceará*. Fortaleza: Imprensa Oficial, 1960.

CARVALHO, Ana Paula Mendes Alves de. *Hagiotoponímia em Minas Gerais*. 2014. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

CLARK, Kenneth. *Paisagem na arte*. Lisboa: Ulissea, 1961.

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. *Regiões culturais do Brasil*. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisa Educacional, 1960.

ENNES, Ernesto. *A guerra dos palmares*. Rio de Janeiro: Cia. Editora Nacional, 1938.

FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas d'el rei: espaço e poder nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2011.

GALINDO, Marcos. *O governo das almas: a expansão colonial no país dos tapuias (1651-1798)*. São Paulo: Hucitec Editora, 2017.

GROTH, Paul; WILSON, Chris. The polyphony of cultural landscapes studies: an introduction. *In: Everyday in America: cultural landscapes studies after J. B. Jackson*. Berkeley; Los Angeles: University of California Press, 2003.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História da civilização brasileira*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1960. v. 2, tomo 1.

JACOB, Christian. *The sovereign map: theoretical approaches in cartography throughout history*. Chicago: University of Chicago Press, 2006.

KANTOR, Iris. Cartografia e diplomacia: usos geopolíticos da informação toponímica (1750-1850). *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, vol. 17, n. 2, p. 39-61.

LAZZARI, Marisa. Landscape of circulation in Northwest Argentina: the workings of obsidian and ceramics during the first millenium. *In: AGBE-DAVIES, Anna; BAUER, Alexander A. (ed.). Social archaeologies of trade and exchange: exploring relations among people, places, and things*. Walnut Creek: Left Coast Press, 2010.

LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945. 10 v.

LOIS, Carla. Paisajes topinímicos: la potencia visual de los topónimos y el imaginario geográfico sobre la Patagonia em la segunda mitad del siglo XIX. *In: OLIVEIRA, Francisco Roque de; VARGAS, Héctor Mendonza. Mapas de metade do mundo: a cartografia e a construção territorial dos espaços americanos: séculos XVI a XIX*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, 2010.

LÖFGREN, Albert. *Contribuição para a questão florestal da região do Nordeste do Brazil*. Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa, 1923.

MADERUELO, Javier. *El paisaje: génesis de un concepto*. 2 ed. Madrid: Abada Editores, 2006.

MELLO, José Antonio Gonsalves de. *Três roteiros de penetração do território pernambucano (1738 e 1802)*. Recife: Imprensa Universitária, 1966. (Monografia nº 3).

MONTEIRO, John M. *Tupis, tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo*. 2001. Tese (Livre-Docência na área de Etnologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, 2001.

MOTT, Luiz. Aventuras e desventuras dos primeiros moradores de Sergipe del Rey mencionados nas visitas do Santo Ofício e nas cartas de sesmarias (1591-1623). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, Aracaju, n. 35, p. 105-150, 2006.

OLIVEIRA, João Pacheco de (org.). *A presença indígena no Nordeste: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.

POMPEU SOBRINHO, Thomaz. Os tapuias do Nordeste e a monografia de Elias Herckman. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, tomo 48, p. 7-28, 1934.

PRADO Jr., Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2008.

PRADO Jr., Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2011.

PUNTONI, Pedro. Tupi ou não tupi? Uma contribuição ao estudo da etno-história dos povos indígenas no Brasil colônia. *Ethnos*, Recife, ano 2, n. 2, p. 5-19, 1998.

PUNTONI, Pedro. *A guerra dos bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: Hucitec; Edusp; Fapesp, 2002.

ROGER, Alain. *Breve tratado del paisaje*. Madrid: Biblioteca Nueva, 2007.

ROSA, Guimarães. *Grandes sertões: veredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

SAMPAIO, Theodoro. *O tupi na geografia nacional*. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: INL, 1987.

SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*. São Paulo: Edusp, 2012.

SILVA, Ignácio Accioli de Cerqueira e. *Memórias históricas e políticas da província da Bahia*. [S. l.]: Imprensa Oficial do Estado, 1925. v. 2.

SILVA FILHO, Olavo Pereira da. *Carnaúba, pedra e barro na Capitania de São José do Piauí*. Belo Horizonte: Rona, 2007. 3 v.

SIMONSEN, Roberto C. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1977.

TILLEY, Christopher. *A phenomenology of landscape: places, paths and monuments*. 1 ed. Oxford: Berg Publishers, 1994.

Artigo apresentado em: 10/07/2020. Aprovado em: 12/03/2021.



All the contents of this journal, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution License